



DANIEL FREITAS SILVA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL PADRE ANTÔNIO CRISÓSTOMO EM ACARAPE -
CEARÁ**

REDENÇÃO

2016



DANIEL FREITAS SILVA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL PADRE ANTÔNIO CRISÓSTOMO EM ACARAPE -
CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

REDENÇÃO

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Daniel Freitas.

S578a

Análise da implantação da Lei 10.639/2003 na Escola Municipal do Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo em Acarape - Ceará / Daniel Freitas Silva. - Redenção, 2016.
100f: il.

Monografia - Curso de Humanidades - Trimestral, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Luis Tomas Domingos.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Relações étnico-raciais. 3. Educação. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 379.260981



DANIEL FREITAS SILVA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NA ESCOLA MUNICIPAL DO
ENSINO FUNDAMENTAL PADRE ANTÔNIO CRISÓSTOMO EM ACARAPE -
CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades sob orientação do Prof. Dr. Luis Tomas Domingos.

Aprovado em 29 de abril de 2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Tomas Domingos
Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB

Prof. Dr. Ivan Costa Lima
Instituto de Humanidades e Letras – UNILAB

Prof. Dr. Robson Rogério Cruz
Instituto de Humanidades e Letras - UNILAB

REDENÇÃO

2016

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

Dedico o referente trabalho a todos os que se propuserem a ler e em especial aqueles que se dedicam à causa do reconhecimento das contribuições do negro para a construção da nossa sociedade atual.

Aos meus pais Fernando e Rosa que sempre são muito importantes em todas as fases da minha vida e que foram os maiores incentivadores nessa trajetória e conquista.

À minha esposa Roberia que apesar das dificuldades que enfrentamos juntos não descreditou na realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é a fonte de todo conhecimento do ser humano, e que sempre está presente em minha vida em todos os momentos tanto nas dificuldades quanto nas conquistas.

À minha querida esposa Roberia e nosso filho Kainan Lucas, pelo amor, ajuda, compreensão e conforto nas horas de dificuldade.

Aos meus pais Fernando e Rosa pela força, incentivo nas horas de maior dificuldade e pelos seus preciosos conselhos.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, em especial aos professores do Instituto de Humanidades e Letras que tive o prazer de conhecer e me sentir inspirado para essa trajetória antirracista e luta pela igualdade social.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito refletir sobre a implementação da lei 10.639/2003, que tematiza a história e cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar, considerando-se que sua implantação traz em questão as relações étnico-raciais e a percepção do Brasil multicultural, no qual o contexto histórico em que o negro é inserido no Brasil desde o período de escravização até as articulações atuais é de suma importância para a nossa reflexão, compreendendo as resistências negras e as conquistas adquiridas por essa comunidade ao longo do percurso histórico até a atualidade. Nesse sentido, iremos percorrer os contextos históricos da escravização até a abolição expressos por Costa (2008), Alves (2007) e Bertulio (1989), o período dos discursos que evidenciaram uma sociedade racista, como o discurso da democracia racial expressos por Antônio Guimarães (2002), exprimindo o racismo e as discriminações enfrentadas pela população negra apontadas por Kabengele Munanga (2006) Nilma Lino Gomes (2010) e Lília Moritz Schwarcz (1993), até as resistências por parte dos negros e a articulação dos movimentos negros contra as desigualdades raciais e sociais, bem como as conquistas com as ações afirmativas, o dia da consciência negra, as cotas raciais até a articulação dentro do sistema educacional com a lei 10.639/2003. A pesquisa se destinará a 91 discentes e a 10 docentes da Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo, na cidade de Acarape-Ce. Portanto a valorização cultural africana e afro-brasileira está em uma ampla articulação estratégica por parte dos movimentos negros inseridos no Brasil, ao que este trabalho pretende explorar.

Palavras-chaves: Movimentos negros. Valorização africana e afro-brasileira.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the implementation of Law 10.639/2003, which addresses the history and African culture and African-brazilian in the school environment, the implementation of the law brings into question the ethnic-racial relations and the perception of multicultural Brazil, the historical context in which the black is inserted in Brazil since the slavery period until the current joints is important to be reflected understand the black resistance and the achievements acquired by that community along the historic route to present. In this sense, we will reflect the historical context of slavery until the abolition expressed by Costa (2008), Alves (2007) and Bertulio (1989), the period of speeches that showed a racist society, as the discourse of racial democracy expressed by Antonio Guimarães (2002), expressing racism and discrimination faced by black people appointed by Kabengele Munanga (2006) Nilma Lino Gomes (2010) and Lília Moritz Schwarcz (1993) until the resistance from the black and the articulation of the black movements against racial and social inequalities, as well as the achievements with affirmative action, the day of black consciousness, racial quotas to the articulation within the education system with the law 10639/2003. The research will target to 91 students and 10 teachers of the Primary School Padre Antonio Crisóstomo, in the Acarape city. So the African cultural appreciation and African-Brazilian is a broad strategic coordination by the black movements inserted in Brazil, this study aims to explore.

Keywords: Black movements. African appreciation and african-brazilian.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O NEGRO EM CONTEXTO BRASILEIRO: DA ESCRAVIDÃO À LEI ÁUREA.....	12
1.1 O Período Do Tráfico Negroiro	13
1.2 A Resistência na Escravidão.....	22
1.3 Abolição: Liberdade ou Exclusão?	28
1.4 Democracia Racial: Política de Branqueamento e Racismo.....	35
2. A LUTA PELA IGUALDADE RACIAL: A RESISTÊNCIA, VALORIZAÇÃO E CONQUISTAS.....	42
2.1 Os Movimentos Negros: (FNB, TEN, MNU), Conquista com as Ações Afirmativas, O Dia da Consciência Negra e Cotas Raciais	43
2.2 A Lei 10.639/2003: Conquista e Valorização da Cultura Africana e Afro-Brasileira no Espaço Escolar.....	57
3. TRABALHANDO O CAMPO.....	65
3.1 Metodologia utilizada na pesquisa.....	686
3.2 Identificação dos Discentes e Docentes.....	68
3.3 Resultados da Pesquisa dos Discentes e Docentes	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe refletir sobre a implementação da lei 10.639/2003, que atenta para o estudo de história africana e afro-brasileira no espaço escolar, em que foi realizada uma pesquisa na escola de ensino fundamental do município de Acarape para compreendermos como se dá este processo. Promulgada no ano de 2003, a referida lei traz em questão a discussão do Brasil multicultural que elenca a presença africana inserida em solo brasileiro no período da escravização, expressando grande contribuição para a formação da sociedade brasileira. Compreendendo a necessidade de refletir em sala de aula sobre as relações étnico-raciais existentes no Brasil, esta pesquisa busca evidenciar alguns dos principais movimentos inseridos na articulação política pela busca da superação do racismo e das desigualdades raciais e sociais que a população negra brasileira vem enfrentando.

Para a análise dos dados, a pesquisa foi destinada à EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, em Acarape CE, situada a 55 km de Fortaleza, que, juntamente com o município de Redenção vem sediando desde 2010 a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), sendo Acarape sediada pelo Campus dos Palmares. A universidade faz a integração de países falantes de Língua Portuguesa, em que estrategicamente com parceria entre África e Brasil, é proposto a formação universitária para estudantes africanos e afro-brasileiros. Com esta integração, Acarape tem tido a presença de estudantes africanos nos espaços urbanos da cidade por conta da instituição. A Unilab está inserida no maciço de Baturité com a missão de ser sediada em Redenção CE, a primeira cidade a libertar a totalidade de seus escravos. Neste sentido, é de grande importância refletir sobre como ocorre as discussões sobre a questão étnico-racial em Acarape, bem como a percepção dos alunos da Escola Padre Antônio Crisóstomo quanto a historicidade africana e afro-brasileira, tendo a presença de africanos na região.

A Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo, tem em seu quadro discente 531 alunos matriculados entre as 17 turmas, sendo seis turmas de 6º ano, quatro turmas de 7º ano, três turmas de 8º ano, e quatro turmas de 9º ano. A escola foi fundada em 1970 pelo Padre Antônio Crisóstomo, e apresenta nos dias de hoje um quadro de pessoal formado por 20 docentes e 11 funcionários. A partir desse levantamento, foi decidido aplicar a pesquisa a 10 docentes e 31 discentes do 8º ano A, 34 discentes do 9º ano A, e 26 discentes do 9º ano B, todos do turno da manhã, tendo uma totalidade de 91 discentes pesquisados. A

pesquisa foi pensada no aspecto quantitativo tendo como enfoque questões fechadas direcionadas a fim de refletir sobre como ocorre a implementação da lei 10.639/2003 e sobre como os docentes e discentes tratam assuntos pertinentes à questão étnico-racial.

No que propomos neste trabalho, em abordar sobre a lei 10.639/2003 no espaço escolar, compreendemos a necessidade de mecanismos para a superação de atos discriminatórios relacionados a questão cultural e racial que a população negra tem sido alvo, sendo que são muitos os *“danos sofridos ao longo de séculos de exclusão, preconceito, discriminação e desigualdades”*. (ALMEIDA, S.D, p. 9). Autores como Darcy Ribeiro em *“O Povo Brasileiro- A Formação e o Sentido do Brasil, (1995)”*, Boris Fausto em *“História do Brasil, (1995)”*, Rafael de Bivar Marquese em *“Dinâmica da Escravidão no Brasil- Resistência, tráficos Negreiros e Alforrias, Século XVII a XIX, (2006)”*, Dora Lucia de Lima Bertulio em *“Direito e Relações Raciais - Uma introdução crítica ao Racismo, (1989)”*, Madalena Dias Silva em *“Refletir sobre a História do Negro no Brasil: Resposta ao Racismo, (S.D)”*, abordam sobre como os negros no Brasil desde a inserção passaram a enfrentar uma série de discriminações e foram colocados à margem da sociedade, e portanto, abordar sobre a história e cultura africana e afro-brasileira na escola é fundamental para desmistificar os estereótipos e discursos racistas que ainda permeiam nossa sociedade.

A história africana e afro-brasileira compõe parte essencial na transformação da percepção social referente a contribuição africana e afro-brasileira em nossa sociedade. Silva (1988) nos aponta que *“...Nossas crianças precisam conhecer sua história e é tarefa da escola ensinar a história do povo negro.”*(SILVA, 1998, p. 34). Nesse sentido, é de grande importância refletir sobre como a implementação da lei 10.639/2003 vem ocorrendo na cidade de Acarape.

Autores como Emília Viotti da Costa em *“Abolição, (2008)”*, Florestan Fernandes em *“Negro no Mundo dos Brancos (2007)”*, abordam o complexo sistema em que o negro foi inserido no Brasil, recorrendo que a realidade negra brasileira é composta por amplas maneiras de marginalização para com essa comunidade e sobre as várias formas discriminatórias que o negro vem enfrentando na sociedade brasileira. Aprofundar essas percepções se faz necessário no sentido de perceber que os negros não foram passivos durante o processo de escravização, mas que de amplas maneiras expressaram resistências contra o sistema e as discriminações sociais e raciais que os mesmos enfrentaram.

Portanto para execução deste trabalho em refletir sobre a implementação da lei 10.639/2003 na escola municipal de Acarape, foi realizado um percurso histórico do negro inserido em solo brasileiro, bem como as contribuições, meios de resistência, e as conquistas alcançadas pelos movimentos e articulações estratégicas. No primeiro capítulo iremos abordar sobre como o negro foi inserido no Brasil, abordando pontos como o tráfico negreiro e a abolição da escravidão em 1888 - com o discurso da liberdade concedida aos ex-escravizados - e vamos refletir sobre as principais estratégias sócio-políticas que colocaram o negro à margem da sociedade.

No segundo capítulo iremos abordar sobre a luta pela igualdade racial, em que iremos percorrer sobre as resistências dos movimentos negros, as conquistas adquiridas pelas articulações por parte destes movimentos, iremos discorrer sobre os principais movimentos sociais, as resistências e as conquistas por meio das ações afirmativas, o dia da consciência negra e as cotas raciais. Iremos dialogar sobre como os movimentos sociais se articularam e como a lei 10.639/2003 que focaliza na escola sobre a historicidade africana e afro-brasileira, expressa parte da luta e das conquistas por parte destes movimentos para a sociedade brasileira. Seguiremos abordando sobre a articulação estratégica por parte da comunidade negra focalizando a educação como espaço de equalização das desigualdades sociais e raciais da sociedade e como a educação passa a ser geradora de transformações. No terceiro capítulo iremos refletir sobre a aplicação da pesquisa destinada aos 10 docentes e aos 91 discentes, realizada na EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, e iremos expor os resultados da pesquisa em que aprofundaremos a percepção referente a implementação da lei 10.639/2003 na escola de Acarape.

1. O NEGRO EM CONTEXTO BRASILEIRO: DA ESCRAVIDÃO À LEI ÁUREA

Tema ainda pouco tratado nos currículos escolares, a chegada dos africanos no Brasil é abordada como um fenômeno que se deu de forma impassível, negligenciando-se a desumanidade sofrida, as resistências e lutas por liberdade, nos quais acontecimentos os negros estiveram como protagonistas da História, sendo muito mais que uma peça de representação da escravidão.

A realidade é que todo o processo de colonização, tráfico e escravidão dos negros, firmou-se com base não somente na violência física, mas também em mecanismos ideológicos e pseudocientíficos que tinham intenção de legitimar a escravidão e a construção da ideia de inferioridade do negro africano, justificando as condições hostis em que eram submetidos e construindo uma memória negativa em relação à participação dos africanos e afro-descendentes na formação da sociedade brasileira.

Além disso, para se afirmar e legitimar a superioridade do colonizador europeu, também foram difundidos discursos que tentavam mascarar os autênticos objetivos mercantis, propagando-se discursos de humanizar os negros e indígenas por meio do trabalho, cristianizar, civilizar e transmitir os atributos morais e culturais superiores do colonizador europeu.

Esse capítulo pretende trazer um breve esboço de alguns dos pontos principais no tocante aos acontecimentos históricos ocorridos desde a chegada dos africanos no país até a exclusão social suscitada a partir da abolição da escravatura em 1888 na nova perspectiva social capitalista, perpassando por alguns dos principais processos e incidentes que excluíram os direitos básicos aos afro-descendentes em que deixaram consequências irreparáveis às gerações posteriores.

1.1 O Período Do Tráfico Negreiro

Tema de grande relevância para a formação da consciência histórica do povo brasileiro por tratar de um dos processos que deu origem as bases da nossa sociedade atual, o tráfico atlântico de seres humanos escravizados trazidos do continente africano para o Brasil teve início na primeira metade do Séc. XVI, se expandindo e tornando-se posteriormente uma das principais atividades comerciais do período colonial brasileiro. Autores como Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro - A Formação e o Sentido do Brasil, (1995)”, Boris Fausto em “História do Brasil, (1995)”, Rafael de Bivar Marquese em “Dinâmica da Escravidão no Brasil - Resistência, Tráficos Negreiros e Alforrias, Século XVII a XIX, (2006)”, Dora Lucia de Lima Bertulio em “Direito e Relações Raciais - Uma introdução crítica ao Racismo, (1989)”, Madalena Dias Silva em “Refletir sobre a História do Negro no Brasil: Resposta ao Racismo, (S.D)”, etc., apontam esse processo de escravização do negro em solo brasileiro e atentam para alguns aspectos que expõem a desumanização e as estratégias políticas que compuseram o sistema escravista. Segundo Darcy Ribeiro:

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Arthur Ramos (1940, 1942, 1946), prosseguindo os estudos de Nina Rodrigues (1939, 1945), distingue, quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba- chamados nagô -, pelos Dahomey – designados geralmente como gegê- e pelos Fanti-Ashanti – conhecidos como mircas-, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. (RIBEIRO, 1995, p. 114).

Um detalhe importante é que o Brasil foi o país onde desembarcaram mais negros escravizados durante toda a diáspora africana, sendo também o último país a abolir o tráfico ilegal de africanos. Segundo alguns historiadores não há um número exato, mas estima-se que desembarcaram no Brasil entre os anos de 1550 e 1855 em torno de quatro milhões de africanos escravizados, sendo que, durante o período reprimido pela Inglaterra o tráfico foi impulsionado se intensificando ainda mais, embora fosse de forma ilegal. Segundo Fausto:

Os africanos foram trazidos do chamado continente negro para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que, entre 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino. (FAUSTO, 1995, p.51)

Estes grupos étnicos africanos escravizados e inseridos em solo brasileiro passaram a integrar a formação cultural da sociedade brasileira, sendo que grande arcabouço cultural brasileiro expressa à África e sua diáspora no Brasil. Silva (S.D), nos aponta que “O Brasil é o país com maior número de negros fora do continente africano, sendo também o país das Américas que mais usufruiu da mão de obra escrava negra e o que manteve a escravidão por mais tempo.” (FREITAS, S.D, p. 116).

A relação do Brasil com África parte de estratégias políticas e econômicas dando ênfase ao lucro para a elite colonizadora, sendo que durante o período de produção agrícola no Brasil colônia, a cana-de-açúcar foi a principal fonte de geração de renda para os europeus em que *“Baseada na experiência acumulada com o fabrico do produto nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil desde a década de 1530.”* (MARQUESE, 2006, p.110.) Marquese nos aponta que dentro das estratégias políticas e econômicas, o Brasil passa a ser o cenário de inserção de mão de obra para a classe dominadora.

Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu. (MARQUESE, 2006, p.111.)

No período em que a produção da cana-de-açúcar ocupava o posto de principal atividade econômica, o homem também passou a ser um fator de mercadoria, sendo que dentro do cenário de tráfico humano, o Brasil passa a ser um espaço de escravização, conforme Florentino, o “aumento do volume de exportações de produtos tropicais correspondia o da importação de mercadorias muito especiais – os homens (1997, p. 24)”. A quantidade de produção era seguida da grande quantidade de mão de obra, e nessa perspectiva, para atender às aspirações da elite colonizadora em solo brasileiro. Encontraram então no tráfico negreiro a maneira mais proficiente de conseguirem seus lucros por intermédio da mão de obra escravizada. Com as dificuldades encontradas no processo de escravização dos nativos, os colonizadores passaram a buscar outro meio de suprir essa carência de mão-de-obra barata, agora escravizando mercadorias humanas trazidas do outro lado do oceano Atlântico.

Dentro do sistema de escravização no Brasil, para além do complexo sistema que o colonizador português impôs, um aspecto torna-se peculiar nessa questão, que é o discurso de demonstrar a escravidão brasileira como sendo de maneira cordial e equilibrada. Gilberto

Freyre em sua clássica e ilustre obra “Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal,” (1933), foi enfático ao expor uma imagem de “bom senhor”, da cordialidade que era presente na relação de escravização e a aproximação entre senhor e escravo, atendendo neste sentido a um interesse político da classe que monopolizava as riquezas, e que se beneficiava do trabalho escravo, como nos aponta Bertulio:

O Brasil foi o país moderno que contemplou a escravidão por maior período na história moderna - quase quatro séculos-e, embora intelectuais e políticos tenham exportado a imagem do “bom senhor” e da “escravidão amena”, as atrocidades típicas de um regime escravista combinadas com as atrocidades... particulares às condições de colônia portuguesa... A sociedade brasileira da época combinou escravismo com as características raciais dos africanos e seus descendentes - o ser negro - para juntar ao tratamento dado ao escravo. (BERTULIO, 1989, p.1).

Nessa discussão é interessante atentarmos ao contexto do processo histórico em que o Brasil estava inserido, e percebermos como se torna um espaço de disputas, estratégias políticas, interesses e divergências. Nesse processo de relações de dominação e escravidão, é importante compreendermos a diversidade sociocultural que no país passa a ser expressa. A seguir é apresentado um quadro que sistematiza os principais cenários históricos e características que ampliam a noção da sociedade brasileira desde sua constituição como “país descoberto” até a proclamação da república no final do século XIX.

CENÁRIOS HISTÓRICOS E PRICIPAIS EVENTOS	
Período Histórico	Características
Séc. XV - 22 de Abril de 1500.	“Descobrimento” do Brasil – Chegada de Pedro Álvares de Cabral – Primeira inserção europeia no Brasil, que já era habitado por indígenas.
Séc. XV Ano 1530	Expedição de Martin Afonso de Souza – Início da colonização do Brasil e do cultivo da Cana de Açúcar. Escravização de Indígenas.
Ano 1808	Chegada da Corte Portuguesa para ser sediada no Brasil.
Séc. XVI a XIX	Escravidão de populações vindas da África para o Brasil. Produção para exportação de Cana de Açúcar, Café, Algodão, etc.
Ano 1822.	Independência do Brasil – Fim do Brasil Colônia e início do Brasil Império
Ano 1888	Abolição da escravatura com a Lei Áurea.
15 de Novembro de 1889	Proclamação da República do Brasil.

Fonte: Elaboração própria com base em IANNI (2004).

É notório que a escravidão foi um fator que expressou bem a produção para economia do país, e para além desse elemento, percebe-se que o Brasil passou por transições e transformações políticas, em que o negro escravizado é inserido em um contexto de contradições políticas, e simultaneamente com o índio brasileiro expressam para além da produção econômica do país, a diversidade cultural que estava por surgir a partir da miscigenação dos grupos étnicos e culturais.

O tráfico de mão-de-obra escravizada passa a ser o elemento motriz da produção econômica do país, como em todo o sistema de exploração em que beneficia uma camada dominadora, sendo que para os escravizados, lhes resta somente o sofrimento, a ruptura com sua cultura, sua terra, sua história.

Outro detalhe importante é que, durante a travessia do Atlântico, nas péssimas condições em que os negros eram transportados nos navios negreiros, também chamados de navios tumbeiros, muitos africanos embarcados morriam no trajeto, pois o tratamento dado aos escravizados no interior dos navios negreiros era desumano, Segundo Mattoso:

O irmão Carli descreveu nestes termos um navio carregado de 670 cativos: os homens estavam empilhados no porão à cunha, acorrentados por medo de que se revoltassem e matem todos os brancos a bordo. Às mulheres reserva-se a segunda meia-ponte, as grávidas ocupavam a cabine da popa. As crianças apinhavam-se na primeira meia ponte com arenques de barril. Se tinham sono, caíam uns sobre os outros. Havia sentinas para satisfazer as necessidades naturais, mas como muitos temiam perder seus lugares, aliviavam-se onde estavam, em especial os homens comprimidos uns contra os outros. O calor e o mau cheiro tornavam-se insuportáveis. (MATTOSO, 2003, p. 47)

Castro Alves também faz uma descrição do interior de um navio negreiro durante a travessia do Atlântico no seu clássico poema “Navio Negreiro” escrito em São Paulo no ano de 1869. No referido poema o autor denuncia o tráfico e a escravidão, ao narrar com expressividade o momento em que presencia o contraste entre o bem-estar dos comerciantes europeus e as condições nefastas e sofrimentos dos negros que eram levados de várias partes do continente africano, sendo arbitrariamente transportados para serem vendidos como mercadorias na colônia portuguesa. Segundo o autor:

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas
 Magras crianças, cujas bocas pretas
 Rega o sangue das mães:
 Outras moças, mas nuas e espantadas,
 No turbilhão de espectros arrastadas,
 Em ânsia e mágoa vãs!

E ri-se a orquestra irônica, estridente...
 E da ronda fantástica a serpente
 Faz doudas espirais ...
 Se o velho arqueja, se no chão resvala,
 Ouvem-se gritos... o chicote estala.
 E voam mais e mais...

(Alves C. Navio Negreiro, 1869)

O tráfico negreiro expressa esse processo de desumanização enfrentada pelos negros africanos frente aos proveitos gerados para os traficantes e colonizadores, e na realidade, a travessia do Atlântico era apenas o início do sofrimento dos negros que, ao desembarcarem em território brasileiro eram avaliados por compradores como objetos de valor material, e forçados a trabalharem longas jornadas como motor gerador de riquezas para os seus senhores, como nos aponta Munanga:

Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos que podiam ser comprados ou vendidos; fontes de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos em máquinas animais de trabalho para os compradores (senhores de engenho). (MUNANGA, 2006, p.16)

Dentro deste processo, não se foi pensado sobre o ser humano negro, sua história, sua trajetória de vida, e assim como com os índios, a Igreja surge como espaço que estrategicamente e ideologicamente, justifica e apóia a escravização destes. Como atenta Costa: “A ordem social era considerada expressão dos desígnios de Deus que alguns nascessem nobres, outros vilões, uns ricos, outros pobres, uns livres, outros escravos”. (COSTA, 2008, p. 13). Nesse período em que o tráfico de Africanos para o Brasil era de fundamental importância no setor econômico, esse discurso foi de suma importância por parte da igreja que legitimava com uma expressão religiosa o sistema escravista. Como nos aponta Bertulio:

A igreja, no período, faz o elo moral necessário com o Estado, deixando todas as consciências brasileiras absolutamente livres para aceitar com normalidade a escravidão negra. O próprio clero e congregações eram grandes importadores de escravos africanos. Desde a colonização do Brasil, padres e católicos, especialmente, foram os grandes defensores da escravidão. (BERTULIO, 1989, p.34).

Nesse sentido, é importante refletir sobre como é complexa a inserção dos negros escravizados no espaço brasileiro, pois além de serem explorados fisicamente, passam a ser ideologicamente, mostrados de modo inverso a sua condição de seres humanos. Como atenta Costa: “Não cabia aos homens modificar a ordem social. Assim justificada pela religião e sancionada pela Igreja e pelo Estado (...) a escravidão não era questionada.” (COSTA, 2008, p. 13).

Nessa exposição, é pertinente expressar que além de exploração em território brasileiro, o negro passa a ser marginalizado, na condição de escravo, tendo a religiosidade do colonizador como modo de legitimação dessa escravização que amplamente desumaniza o negro africano. Conforme Bertulio, “Somente em 1885, já as vésperas da abolição, o clero se manifesta contra os abusos ‘dos senhores e não contra a escravidão’”. (BERTULIO, 1989, p.34). As consequências dessa marginalização ainda se expressam de diversas maneiras na sociedade brasileira atual.

É importante pontuar nesta reflexão que nas estratégias políticas no Brasil, frente à oposição de países que contestavam essa prática, o tráfico transatlântico ainda perdurou, até que surgiu uma força opositora por parte do governo britânico que, como aponta Bertulio (1989), com o advento da Revolução Industrial, estava interessado no desenvolvimento do trabalho assalariado para a ampliação do mercado consumidor, sem algum interesse na liberdade dos negros ou atenção quanto às condições dos negros depois de libertos.

Devido às pressões inglesas no combate ao tráfico negreiro, algumas medidas foram tomadas por parlamentares brasileiros do então Partido Conservador que cuidavam em preservar a imagem de nação soberana do país diante do governo britânico.

Como nos aponta Costa (2008), No ano de 1831, foi promulgada a lei federal que estabelecia que todos africanos trazidos para o país a partir daquela data, fossem libertados e embarcados de volta à África, além de impor uma punição severa aos importadores. A autora salienta: “Frequentemente, navios negreiros com destino a portos brasileiros eram apreendidos por navios britânicos.” (COSTA, 2008, p. 24), mas como o Governo Regencial não tinha o legítimo interesse em libertar os cativos, a lei conhecida como Feijó foi totalmente ignorada pelos traficantes de escravos e pelo próprio governo vigente, e ficou conhecida como “lei para inglês ver”, pois pretendiam apenas demonstrar para a coroa britânica o empenho do Brasil em extinguir o tráfico internacional de escravos. Essa necessidade de demonstrar essa ruptura com o tráfico, se deve pelo fato de, como aponta Costa: “A partir de sua independência, o Brasil

tinha se tornado, de certa forma, uma colônia britânica em decorrência de sua dependência econômica em relação à Inglaterra.” (COSTA, 2008, p.25).

Mais adiante, também por motivação da pressão inglesa, aos 04 de setembro de 1850 a lei Eusébio de Queiroz foi aprovada no congresso nacional brasileiro proibindo o tráfico inter-atlântico de escravos a partir daquele dia. Segundo Alves: “Uma lei controversa e discutível, já que visava à proibição do tráfico negreiro de tal maneira que o navio negreiro, quando interceptado, deveria ser abatido.” (ALVES, 2007, p. 20). Apesar da nova legislação contra o tráfico, seus efeitos previstos não foram imediatos, mas produziram um incremento maior na entrada de africanos escravizados no Brasil de forma ilegal, intensificando também o tráfico interno para as maiores lavouras de café das províncias de Rio de Janeiro e São Paulo.

Posteriormente foi apresentada a Lei do Ventre Livre, em 1871, em que como ressalta Alves: “...estabelecia que seriam livres os filhos de mulheres escravas, nascidos a partir desta data. Providencia sobre a criação e tratamento dos menores, bem como sobre a libertação anual dos escravos.”(ALVES, 2007p.20). Compreendendo as pressões internacionais para o fim da escravidão, e tendo em vista que conforme as leis eram sancionadas, também eram burladas com atos ilegais para manter a escravidão. Em 1885, foi adotada a lei dos sexagenários, em que “...dava liberdade aos escravos, quando atingida a idade de 65 anos.” (ALVES, 2007, p.21)

Por fim em 1888, diante das intensas pressões internacionais e dentro dos moldes europeus, foi sancionada a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, que aboliu o trabalho escravo em todo o Brasil. Mas, conforme Alves “Nenhuma política pública de amparo ao trabalhador explorado foi desenvolvida...” (ALVES, 2007, p. 21). Ao que expressa que o ex-escravizado não é o foco principal da abolição, e sim o interesse em adentrar na lógica capitalista, já vivenciada pelos países europeus. Percebemos que as leis elaboradas contra o tráfico de escravos até a abolição realçam a perspectiva de necessidade de ruptura com o modelo de exploração escravista, no intuito de atender as estratégias políticas frente aos países que viam a escravização como um impasse para as novas formas de produção da sociedade moderna. O movimento abolicionista também foi significativo na luta e denúncia contra o tráfico e exploração de escravizados.

A seguir é apresentado um quadro que expõe as características e a cronologia das leis dentro do contexto histórico que foram implementadas.

LEIS PELO FIM DO TRÁFICO NEGREIRO E ESCRAVIZAÇÃO	
Ano - Lei	Aspectos da Lei
1831 - Proibindo Tráfico de Escravos.	Navios Britânicos impedindo tráfico de escravizados, retornando os africanos à África quando eram apreendidos, e os navios interceptados por parte de navios britânicos.
1850 - Lei Eusébio de Queiroz.	Lei severa contra o tráfico, abatendo os navios quando eram interceptados.
1871 - Lei do Ventre Livre	Libertação anual de escravos, lei que tratava da libertação dos filhos de mulheres escravas a partir da referida data.
1885- Lei do Sexagenário	Liberdade aos escravizados chegando aos 65 anos.
1888 - Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel.	Lei que aboliu a escravidão no Brasil.

Fonte: Dados com base em COSTA (2010) e Alves (2007)

Portanto, é importante ressaltar que após a abolição em 1888, a luta do negro continua, sua resistência frente às desigualdades sociais impostas desde sua inserção em solo brasileiro, mas agora com outro foco, a busca por sua auto-afirmação e sua inserção plena sem distinção e discriminação em todos os espaços sociais, sendo que como nos aponta Bertulio: “Treze de maio de 1888, portanto, abre para a população negra brasileira, um novo período de discriminação e desrespeito humano em que o Estado e o Direito parecem ter papel preponderante”. (BERTULIO, 1989, p.4). A busca por reconhecimento do negro, sua trajetória e contribuição histórica e cultural na formação brasileira, assim como dos índios, é um fator de imensa importância, pois é a nossa história, que durante séculos foi silenciada por elites que priorizavam todos os aspectos da cultura do colonizador. O pouco tratamento do tema do tráfico negreiro e o deficiente material de estudo em relação à chegada dos negros no país, têm contribuído para descrédito histórico de nossos antepassados e do reconhecimento de nossa história.

No ano de 1998 o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO na sua 29ª sessão, através da Resolução 29 C/40, adotou o dia 23 de agosto como Dia internacional de Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição com pretensão de inscrever a tragédia do tráfico de escravos na memória coletiva de todos os povos.

No dia 23 de agosto de 2012, aniversário da primeira sublevação de escravos bem sucedida no hemisfério ocidental, a Diretora Geral da UNESCO, Irina Bokova afirmou em sua mensagem;

Através das suas lutas, do seu desejo de dignidade e liberdade, os escravos contribuíram para a universalidade dos Direitos humanos. Devemos ensinar os nomes dos heróis desta história, porque eles são os heróis de toda a humanidade.

Em sua mensagem Bokova afirma a importância da contribuição dos negros na unanimidade dos Direitos humanos, e exalta a presença e heroísmo destacando a importância de se ensinar os “nomes dos heróis desta história”. Continuando sua mensagem, a diretora afirma que;

O tráfico de escravos não é apenas uma coisa do passado: é a nossa história e moldou as sociedades modernas, criando laços inquebráveis entre povos e continentes, e transformando de forma irreversível o destino, a economia e a cultura das nações. Estudar esta história é também prestar homenagem aos que lutaram pela liberdade e reconhecer as suas contribuições insubstituíveis para a afirmação dos direitos humanos universais. O seu exemplo deve ajudar-nos a continuar a luta pela liberdade, contra os preconceitos raciais herdados do passado e contra as novas formas de escravidão que persistem até hoje, afetando cerca de 21 milhões de pessoas.

Portanto segundo a fala de Bokova, o tráfico negreiro não é um mero tema esquecido no passado, mas é parte da formação da nossa sociedade atual, está relacionado ao nosso presente e deve trazer o reconhecimento da importância dos negros na participação da nossa formação e nas lutas seculares por liberdade. Essa temática deve ser utilizada no combate ao preconceito e discriminação racial, a partir da inserção de um novo ponto de vista, distante das ideologias eurocêntricas.

É importante ressaltar que no processo de escravização, o negro de amplas maneiras, atuou resistindo à escravização e essa resistência compôs parte importante de sua luta contra o sistema escravista que foi imposto. Seja nas fugas, nas tradições culturais, e na tentativa de apegar-se por meio da oralidade à ancestralidade, a história negra é repleta de elementos que expressam a resistência dos povos vindos de África dentro da sociedade brasileira. A seguir serão apresentadas as resistências negras e as lutas do movimento negro indicando como foram ativos e que lutaram e mantiveram linhas de fuga contra o sistema escravista no Brasil.

1.2 A Resistência na Escravidão

No contexto brasileiro da escravidão, o negro enfrentou uma grande luta na imposição do trabalho forçado, além de ter sido retirado de sua terra, arrancada a sua história, tirado do seu grupo social e familiar, o negro foi colocado em um cenário de desumanização, tratado como mercadoria e escambo. Para além de todos os males enfrentados pela escravização, a população negra foi resiliente e resistiram de amplas maneiras a imposição da escravidão. Com todo este processo de inserção do negro no Brasil, o mesmo compôs parte fundamental por meio de sua resistência na formação brasileira, conservando traços das culturas trazidas de África em que aqui ganharam novos arranjos. É pertinente destacar a resistência do negro e sua contribuição para a formação do Brasil multicultural, pois essa diversidade cultural é considerada parte do próprio universo negro que foi criado e ressignificado em território brasileiro.

Ao chegarem no Brasil, os negros eram vendidos nos portos nacionais para os donos de engenhos, onde eram avaliados como objetos de trabalho ou animais de carga. Seus preços variavam de acordo com a sua saúde, estatura e força.

Além de os colonizadores tratarem os escravizados como mercadorias, justificavam a escravidão como uma forma piedosa de “...livrar o negro do seu atraso e até como um ato pio de aproximá-los do deus dos brancos”. (RIBEIRO, 1995, p. 161). Apesar de toda a pressão colonial, os escravos não se submeteram aos colonizadores de forma passível, pois com frequência empregavam alguma maneira de resistir à opressão da escravidão. Segundo Ribeiro:

O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrelaço de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo. Pode-se afirmar, mesmo, que vivemos praticamente em estado de guerra latente, que, por vezes, e com frequência, se torna cruento, sangrento. (RIBEIRO, 1995, p. 168)

Fugas, suicídios, assassinatos, rebeliões, abortos e revoltas organizadas contra os feitores e senhores de engenho, eram algumas das formas que encontravam para aliviar seus sofrimentos. A mais conhecida das formas foi a organização de quilombos, em que os escravizados fugiam e formavam aldeias em lugares afastados para viverem longe e livres da escravidão. Neste sentido, percebemos como se expressa os amplos meios de resistência que foram presentes na trajetória do negro escravizado, que sofre todas as relações de opressão ocorridas entre ele na condição de escravo e os senhores de engenho. Como Reis salienta: “Os

escravos dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam os mecanismos das relações mais amplas de poder.” (REIS, 1996. P.22). Portanto, no sistema escravista brasileiro os escravizados tinham total percepção dos males que a eles eram imposto de maneira injusta os colocando como mercadorias e tirando-lhes o direito de viver livremente.

A partir dessa percepção é importante ressaltar que ao longo da escravidão era evidente a resistência por parte do escravizado na tentativa de romper com o sistema que era inserido, ou pelo menos na tentativa de amenizar seu sofrimento. A resistência passa a ser um processo pelo qual os escravizados tentavam recuperar sua liberdade, sua dignidade, sua vida. Como Nogueira aponta:

Desta maneira, podemos falar em resistência negra: um processo histórico de luta de longa duração que procura afirmar a consciência de si mesmo de um povo que está sob o jugo de outro que controla tanto os aparelhos ideológicos como o aparato de repressão estatal. (NOGUEIRA, 2001, p. 8)

Separados de seus familiares e deportados para uma terra que não conheciam, os escravizados enfrentaram um longo processo de adaptação, pois não falavam a língua do colonizador e de outros conterrâneos africanos de regiões e tribos diferentes, o que dificultava ainda mais a luta pela liberdade. Os negros escravizados viam-se encurralados entre duas únicas saídas possíveis como nos aponta Ribeiro, sendo a fuga e o suicídio, em que reflete a luta e o desespero do negro inconformado com a realidade opressora imposta arbitrariamente. É notório que os escravizados constantemente expressavam seu descontentamento com a realidade em que viviam:

Não têm outra saída, entretanto, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga. Portas estreitas, pelas quais, entretanto, muitos índios e muitos negros saíram; seja pela fuga voluntarista do suicídio, que era muito frequente, ou da fuga, mais frequente ainda, que era tão temerária porque quase sempre resultava mortal. (RIBEIRO, 1995, p. 118)

Com frequência os negros escravizados eram castigados nos troncos em praça pública, com chicotadas e maus tratos. Devido a esses frequentes maus tratos, abusos dos feitores e a longa jornada diária de trabalho, a vida do escravizado era de duração mínima, vivendo em condições difíceis e sem nenhum amparo. Nesse aspecto, a vida dos escravizados era mediada conforme a vontade do seu senhor. Como nos aponta Darcy Ribeiro:

Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso supervigiado durante seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado, podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não tivesse que alimentar um negro inútil. (RIBEIRO, 1995, p. 118)

As reações dos escravizados eram constantes, destacando-se as tentativas de fugas que por vezes não era bem sucedida. Quando conseguiam fugir, os escravos muitas vezes eram resgatados pelos capitães do mato que eram contratados para capturar os escravos fugitivos. Esses escravos fugitivos quando eram resgatados, em alguns casos, recebiam castigo exemplar como forma de intimidar os outros de fugirem. Com base em Lima (S.D), percebemos que as fugas e os meios de boicote eram constantes sejam com maior ou menor expressividade. Como Lima ressalta:

As formas de resistência não partiam apenas de grandes e programadas insurreições, de levadas de escravos. Na sua maioria eram de pequenos grupos ou até mesmo de escravos solitários que se aventuravam, embrenhando-se nas matas e não poucas vezes morriam de fome, isso quando não retornavam ou eram resgatados. (LIMA, S.D. p. 10)

Nas tentativas de fuga dos escravos, os quilombos foram decisivos como destino final, sendo que os quilombos expressavam bem os próprios anseios dos escravizados, com a formação de uma comunidade que compartilhava sua história, sua cultura e suas lutas por liberdade. Abdias do Nascimento ressalta que o Quilombo passa a representar uma corrente importante dentro do sistema escravista, um refúgio para os escravizados que muitas vezes desesperados, seguiam com destino certo, o quilombo. E nessa discussão Abdias do Nascimento argumenta que:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio – econômico – política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p.32)

Com base em Abdias do Nascimento, o quilombo caracterizava os anseios dos escravizados como um meio de ressignificação e de busca da valorização de suas identidades. Nesses espaços de resistência as populações quilombolas passam a ter contato com suas tradições africanas e com seus arranjos afro-brasileiros. A valorização da identidade e das diversidades que compunham o ambiente do quilombo expressam bem como o Brasil estava inserido de novas culturas e de novas configurações sociais. O contato do negro africano com outros povos como o índio brasileiro e o português, passa a desempenhar um Brasil

multicultural e multirracial, e, para além da questão da cor da pele, os diversos grupos sociais com suas culturas passam a ser expressos nesse novo espaço de pluralidade que caracteriza o Brasil. Nessa discussão sobre os quilombos, é interessante pensar que nesse espaço, o desejo de liberdade que não se resumia a liberdade física, estava em foco também a busca pelas identidades perdidas, nas vozes que foram silenciadas para atender aos interesses econômicos de seus opressores. Souza ressalta:

A identidade quilombola traz ao longo de sua história uma dimensão de resistência. Por esse processo de resistência entendo que não seja apenas o elemento histórico da fuga das fazendas, uma vez que muitos quilombos não trazem esse elemento como constituinte de seu processo de formação. Por resistência se entende os processos empreendidos por esses grupos para manterem-se ao longo de sua história como sujeitos que se constituem enquanto grupo etnicamente diferenciado, com seus aspectos identitários específicos, com seu modo próprio de viver. (SOUZA, S.D, p.9)

Em relação à formação dos quilombos, é importante destacar que o maior e mais popular dos quilombos foi o Quilombo dos Palmares, como nos aponta Rufino dos Santos (1985), que resistiu por quase um século, situava-se na Serra da Barriga em Alagoas e tinha como líder Zumbi, hoje considerado símbolo de representação da luta dos negros por liberdade. Como aponta Araújo:

Palmares nasceu com o perfil africano e com gentes brasis: índios, negros, brancos e mestiços. A riqueza da obra está mais no projeto social que ela nos oferece e menos na capacidade bélica e militar de Palmares e seus líderes, Ganga-Zumba e Zumbi. Em Alagoas, terra onde os organizadores e lideranças palmarinas, Aqualtune, Ganga-Zumba, Zumbi e outros fixaram a Capital Cacus, atual Serra da Barriga, desde os anos oitenta se presta homenagem a Zumbi e celebram as conquistas de todos os quilombolas que foram assassinados pelo comandante do exército português Bernardo Vieira de Melo e Domingos Jorge Velho [...], tendo na figura de Zumbi dos Palmares a personalidade mais emblemática da história do negro. Para Zumbi o ideal de liberdade e a capacidade de organização eram os princípios fundamentais para uma convivência com respeito às diferenças. (ARAÚJO, 2004)

Ainda com base em Rufino dos Santos (1985), Zumbi dos palmares foi um marco no que diz respeito à resistência do negro em solo brasileiro, por meio de sua adaptação e ressignificação no espaço do quilombo.

Outros elementos que perpassam pela resistência por parte dos africanos e afrodescendentes durante o período escravocrata foram a sua língua, cultura e religião, aspectos rechaçados pelo colonizador, o qual estabelece seus conceitos e ideologias discriminatórias para inferiorizá-los diante dos europeus. Os amplos meios de resistência negra passam a ser inseridos nos mais diversos segmentos culturais e religiosos, adaptando sua

própria identidade que era ressignificada em suas ações como forma de manter seus traços culturais de origem. Nogueira nos aponta que a resistência caracteriza-se como:

Aquela relativa ao conjunto de manifestações culturais e religiosas que marcam a presença africana em terras brasileiras (candomblé, musicalidade, manifestações estéticas, linguagem, vestimenta e culinária) que, mesmo estando sujeito a um tratamento folclorizante, formam um repertório de valores, pensamentos e atitudes indiscutivelmente relacionados à evolução e formação de identidades negras. (NOGUEIRA, 2001, p. 9)

Durante o período escravocrata os colonizadores também utilizaram a religião católica como mecanismo para facilitar e legitimar a dominação dos negros. Como nos aponta Roger Bastide em “Religiões Africanas no Brasil” (1975) para resistirem e manterem suas crenças com a imposição da religião católica pelos colonizadores, os escravizados encontraram saída no sincretismo, combinando os cultos aos seus deuses africanos com os cultos aos santos da Igreja Católica, na intenção de manterem de forma insondável os traços culturais herdados de seus ancestrais africanos. Dessa forma os colonizadores não perceberam a conservação das religiões e crenças da cultura africana, que se adaptaram e se preservaram até os dias atuais.

Segundo Prandi, os escravizados “Adotaram as imagens católicas e as cultuaram, mas, na verdade, sob as invocações dos santos católicos, adoravam os representantes da divina corte africana.” (PRANDI, 2000, p. 58). Nessa compreensão, percebemos que as religiões de matrizes africanas passam a ser meios de resistência por parte do negro, ressignificando em solo brasileiro as suas tradições religiosas de origem. Com base em Bastide (1975), as religiões afro-brasileiras expressam as lutas e as maneiras do negro se adaptar em um espaço que a ele foi imposto, mas, que ao mesmo modo o negro passa a contribuir com sua cultura, e a religiosidade de matriz africana é parte desse símbolo de resistência. Para Sanches “O sincretismo valeu como uma poderosa arma que de início os negros habilmente manejaram contra a pressão esmagadora da cultura superior dos povos escravizadores.” (SANCHES, 2001, p. 69).

Podemos perceber que os escravos foram ativos em oposição à escravidão, pois frequentemente lutavam por sua liberdade e direitos que foram arrancados pelos colonizadores. Historicamente essas lutas dos negros e sua resistência à escravidão têm sido omitidas pelo sistema educacional herdado, o que segundo Nascimento:

Dá-se a impressão que o africano nunca lutou pela própria liberdade, e frequentemente reforça-se esse estereótipo com a alegação de que o negro veio aqui para suprir a necessidade de mão-de-obra provocada pelo amor à liberdade e consequente inadaptabilidade do índio ao regime escravista. (NASCIMENTO, 2001, 119)

As frequentes revoltas e resistências dos escravizados que lutavam por liberdade contribuíram para a consumação da abolição da escravatura em 1888, o que fortaleceu os movimentos pelo reconhecimento do africano e afrodescendente na construção da sociedade brasileira, não apenas no aspecto econômico pelo trabalho forçado, mas na cultura e na história do país. Segundo Antonil “...contudo, a contribuição africana no período colonial foi muito além do campo econômico, uma vez que, os escravos souberem reviver suas culturas de origem e recriarem novas práticas culturais através do contato com outras culturas.” (ANTONIL, 1982, p.89).

Nessa discussão procuramos evidenciar a resistência negra como integrante dos movimentos contra a escravização e contra o tráfico de populações negras vindas da África, como a composição brasileira de escravizados negros e mestiços que, de várias maneiras foram ativos e lutaram contra as imposições e mecanismos de opressão da escravidão no Brasil. A resistência negra foi um elemento constante em nossa sociedade, e compreender que essa resistência de fato foi importante para pôr fim a esse sistema e também a adaptação do negro no Brasil é fundamental para perceber o negro e sua luta como bases formativas da sociedade em que estamos inseridos. Como ressalta Silva: “As lutas dos negros contra a escravidão deixam claro que a abolição não foi um presente de princesa, pois a resistência dos negros já havia tornado muitos africanos livres das amarras do trabalho escravo através das fugas e do próprio desgaste do sistema escravista.” (FREITAS, S.D, p. 118).

Portanto, compreendemos a resistência negra como maneira de adaptar-se ao espaço em que foi inserido, que de amplas formas tentava buscar a linha de fuga e de ressignificação cultural no Brasil, tornando-se agente ativo de sua história, que lutou e que teve uma importante participação na conquista de sua liberdade e para a formação de nossa sociedade.

Nessa discussão, vimos o processo de tráfico e a inserção do escravizado africano no Brasil e também abordamos os contextos históricos no que diz respeito a escravização e a resistência negra expressando como o negro se insere em contexto brasileiro. Contudo, é importante seguir refletindo sobre os processos que foram procedidos com a abolição da escravatura no Brasil para problematizarmos como a comunidade negra seguiu sua resistência

na chamada “liberdade”, pensando as articulações políticas e como discursos de democracia racial eram denunciados colocando em xeque a tão almejada liberdade dos ex-escravizados.

1.3 Abolição: Liberdade ou Exclusão?

Refletindo sobre o fim do processo de escravização da população negra no Brasil, é importante atentarmos para algumas questões que estão relacionadas e como o processo de inserção do negro liberto passa a ser decisivo, e mais uma vez, o negro passa a buscar seus direitos em um país que aos altos pôs fim a escravidão, mas, que as desigualdades raciais e sociais geradas a partir dessa herança social persistem no cotidiano do negro até a atualidade em alguns aspectos. Como já citado anteriormente, a pressão inglesa no combate ao tráfico e escravidão, os constantes conflitos entre escravos e senhores, revoltas, homicídios, além do surgimento dos movimentos abolicionistas que foram estimulados depois do decreto do presidente Abraham Lincoln nos Estados Unidos em 1863 extinguindo a escravidão, suscitaram o fim do sistema escravocrata no país.

Em 13 de maio de 1888, quase quatro séculos do início da escravidão colonial no país, a princesa Isabel assinou a lei imperial nº 3.353 conhecida como Lei Áurea abolindo a escravatura no Brasil.

A libertação dos cativos pela Lei Áurea não restituiu a dignidade, direitos e amparo aos negros, mas foram entregues a seu próprio destino, excluídos da participação social, rejeitados como construtores da nação brasileira, estigmatizados como símbolos da escravidão e abandonados nas margens da sociedade, originando as favelas, comunidades pobres e a extrema desigualdade socioeconômica em relação aos brancos que mantiveram posições sociais superiores. Emília Viotti da Silva em “Abolição” (2008) ressalta que o processo de abolição em relação ao negro foi de conturbada transição em que o mesmo passa de escravo para ser considerado cidadão. A autora salienta:

Depois da abolição os libertos foram esquecidos. Com exceção de algumas poucas vozes, ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar sua transição de escravo para o cidadão... A maioria estava preocupada em libertar o branco do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania. (COSTA, 2008, p. 137).

Percebemos que a inserção do negro na sociedade brasileira após a abolição foi extremamente complexa, sendo que não ocorreu nenhuma preocupação por parte do Estado e

das próprias estruturas em inserirem os ex-escravizados nos sistemas de trabalho e cidadania, pois o objetivo era simplesmente pôr fim a escravidão por conta da pressão internacional. O negro passa então a ser inserido dentro de uma sociedade desigual na perspectiva de estar livre, como se fosse somente de sua responsabilidade lutar para ter acesso aos espaços sociais. Como Silva ressalta: “Como não foram estabelecidas políticas para esses negros encontrarem novas moradias, novos trabalhos, restou a competição desigual com os brancos para se inserirem na sociedade.” (FREITAS, S.D, p. 119). E essa inserção desigual dos negros dentro do sistema dos brancos acaba por expressarem um complexo sistema de desigualdade aliado ao discurso de harmonia racial. Costa aborda sobre esse processo de transição dos ex-escravos que agora expressam a dificuldade de serem inseridos na sociedade como cidadãos:

As poucas referências disponíveis parecem indicar que alguns abandonaram as fazendas e procuraram se estabelecer em terras aparentemente sem dono, só para se defrontar com a polícia ou com algum proprietário enfurecido que reclamava sua imediata saída. Outros, ainda após tentarem sem sucesso uma alternativa, acabavam voltando para as fazendas. A liberdade permitia-lhes mudar de uma fazenda para outra, mas por toda a parte as condições eram semelhantes. (COSTA, 2008, p. 137).

Essa difícil transição de escravos para cidadãos traz novos desafios a população negra liberta, pois o sistema político-social não estava preocupado com a real participação e a valorização do negro. Com base em Santos, (2002), é percebido que a sociedade brasileira deveria apresentar os mecanismos de inserção e de equalização do negro na sociedade após o período de escravidão, sendo que não somente com abolição se poriam fim aos mecanismos de desigualdade entre os negros e as classes detentoras dos meios de produção. O autor ressalta:

E de que valeria dar aos negros direitos, os quais não saberiam usar? É preciso mudar lentamente a sociedade, escravos e feitores, para que se possa exercer adequadamente deveres e direitos. Não é a liberdade que pode transformar o escravo em cidadão útil. Se os anos de cativo, junto aos senhores preocupados em transmitir aos seus escravos noções morais, não foram capazes de transformá-los, se nem os castigos corporais puderam fazê-lo por que o poderia a liberdade? (SANTOS, 2002, p. 97-98)

É notório que somente a liberdade não passa a ser decisiva para a plena equalização das desigualdades. A relação desigual enfrentada pela população negra passa a compor a estrutura social que hierarquiza e beneficia somente a elite que detém o poder. Neste sentido, um aspecto surge a partir da questão racial deixando os discursos e ideologias racistas com maior ênfase. Santos nos aponta que:

A escravidão racial que estava submetida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros. (SANTOS, 2005, p. 21 apud FREITAS, S.D, p. 119)

Nesse pressuposto, é evidente que no processo de inserção do ex-escravizado nos vários segmentos da sociedade, encontravam-se grandes obstáculos para que o mesmo usufruísse direitos de igual modo em relação à população não-negra, pois a estrutura sócio-econômica já expressava todo um percurso marcado de uma hierarquização social e de exclusão das populações negras. “Cria-se uma sociedade amplamente baseada no regime de trabalho livre, estruturada em classes sociais, ainda permeada das distinções de castas herdadas dos séculos de escravismo.” (IANNI, 2004, p.157). Desse modo compreendemos que é de grande complexidade pensar a população negra africana e afrodescendente inserida dentro de uma sociedade que outrora lhe explorava como mercadoria e mão-de-obra gratuita, apoiados por vários mecanismos e instituições, e que agora passa a elencar a percepção da liberdade. O negro nesse espaço passa a ser rejeitado e tratado como um agente marginalizado dentro da sociedade que o explorou.

Nesse novo cenário, se faz necessário para os negros libertos apresentarem um novo processo de resistência frente a realidade que agora estavam inseridos enquanto “cidadãos”. A sociedade brasileira foi conivente em discriminar e silenciar mais uma vez a população negra, que agora nos moldes da “liberdade”, passa a enfrentar os antigos repúdios da sociedade, não possibilitando condições de equidade social. A abolição da escravatura no país atendeu primordialmente aos seus reais interesses no mercado internacional. Dentro dessa nova configuração brasileira surgiram diversas propostas e discussões políticas na tentativa de eliminar a população negra na construção de nação que se pensava entre os intelectuais da época. Algumas dessas ações foram colocadas em prática como a política de imigração de estrangeiros europeus, que vinham para servirem como mão-de-obra assalariada, e pela qual dificultava ainda mais o acesso dos negros ao mercado de trabalho. O mercado de trabalho foi pensado de modo que servisse estrategicamente para emprego dos imigrantes europeus, no sentido de atender a uma questão essencialmente racializada, a da própria política de branqueamento da população brasileira, idealizada e em discussão entre intelectuais da época. Como aponta FREITAS: “...o governo brasileiro investiu na migração de europeus para assumirem a produção no lugar dos escravos, visando com esse projeto, o branqueamento da população brasileira, acreditando que a grande entrada de brancos seria a solução para eliminar a cor preta”. (FREITAS, S.D, p. 119).

Observando esse novo cenário brasileiro, percebemos que a população negra recém liberta manteve sua luta e meios de resistência na nova configuração social desproporcional, que de minuciosas maneiras tentava impor políticas de exclusão e discriminação contra a população negra:

Nos anos que se seguiram a abolição, os sonhos de liberdade dos libertos converteram-se muitas vezes em pesadelo em virtude das condições adversas que tiveram que enfrentar. Eles não tardaram em reconhecer que sua luta não chegara ao fim. Caberia a eles próprios se organizarem para alcançar seus objetivos. (COSTA, 2008, p. 138).

Como nos aponta Darcy Ribeiro, a população negra passou a ser marginalizada após a abolição, e como fica evidente, também passaram a enfrentar a transição de mobilidade urbana, pois sua inserção limitava-se aos espaços excluídos dos grandes centros desenvolvidos economicamente. Sem acesso ao mercado de trabalho e sem condições de ascender socialmente, o negro passa a ser um preponderante signo do descaso por parte das instituições estatais no contexto de desenvolvimento que o país se encontrava. A solução encontrada por parte da população recém liberta, foi procurar espaços de moradias, nas atuais favelas, nos pequenos meios de conseguirem emprego, e dentro dessa nova conjuntura, o negro passou a resistir de amplas maneiras as mazelas da sociedade brasileira que tanto tenta lhe expurgar e que fez descaso em relação a sua presença na sociedade brasileira. Ainda conforme Ribeiro:

A própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções para seus maiores problemas. Soluções esdrúxulas é verdade, mas são as únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver junto aos seus locais de trabalho e conviver como comunidades humanas regulares, estruturando uma vida social intensa e orgulhosa de si. (RIBEIRO, 1995, p. 204)

Para sobreviverem na nova ordem social excludente, eram constantemente ensinados a negar sua origem e sua identidade enquanto sujeitos de história e cultura, e assimilarem a cultura e valores europeus para que fossem pelo menos aceitos na sociedade, ou teriam que viver clandestinamente formando comunidades desassistidas e esquecidas pelas elites políticas da época.

Como aponta Alves (2007), dentro desse cenário de conturbação social em que o negro estava inserido e pelos meios excludentes que o então cidadão livre estava por vivenciar, percebemos que difundiu-se nos discursos intelectuais e políticos da época o ideal de que o

país vive numa democracia racial, tentando ofuscar a real condição da população negra, expressando que o Brasil passa a ser um modelo referência de harmonia racial. Ainda como nos aponta Alves:

Após a abolição, no intuito de evitar eclosão de sentimentos de revolta na maioria da população da época, formada por negros e mestiços, disseminou-se o conceito de democracia racial. O mito da democracia racial arraigou-se à cultura brasileira em razão da intensa relação inter-racial existente no país. A miscigenação pesou enquanto fator homogeneizador da sociedade pós-abolição, no início do século XX. (ALVES, 2007, p.22)

Nos discursos de um país em que a miscigenação passa a ser um fator preponderante, o negro continua em sua condição de excluído da sociedade, sendo que na medida em que a abolição é apresentada para a sociedade como uma ruptura com o sistema escravista que desumanizava o negro explorando-o até o fim de suas forças pelo lucro, a abolição também passa a compor um novo modelo social que de formas sutis, expressam o total descrédito dado ao negro e sua parcela para com a sociedade. Como o autor ressalta: “Abolição sem proteção, sem mecanismos de inclusão, sem a presença de políticas direcionadas à mão-de-obra recém-libertada.” (THEODORO, 2008, p. 80).

Nessa perspectiva histórica, percebemos que a população negra, após a abolição da escravatura, sofreu as desigualdades sociais e suas consequências que ainda hoje são sutilmente mantidas dentro da hierarquização social. É evidente que por parte da política institucional pós-abolição, questões relativas à inclusão do negro no sistema brasileiro foram ideais do próprio negro, que se via alheio a toda situação. A condição social desigual vivenciada desde a inserção do negro escravizado no Brasil até a sua plena exclusão, pode ser pontuada por meio das diferenças socioeconômicas em que estão inseridas. Ao negro, por conta da história brasileira escravista, restava-lhe o estigma de representar a escravidão e o atraso no país. Constatamos que essa liberdade não foi uma atitude de bondade por parte das elites políticas brasileiras e europeias, mas sim, uma ação que provinha de estratégias comerciais que priorizavam novas aberturas e possibilidades econômicas na expansão do capitalismo.

Neste sentido, o “fim da escravidão” a partir da lei Áurea não foi exatamente o fim das injustiças históricas contra o negro brasileiro, mas o início de uma nova jornada marcada por abandono, conflitos e lutas pelo reconhecimento e dignidade do mesmo. A abordagem acrítica no ambiente escolar sobre a abolição da escravatura no Brasil e sobre a real situação pós-abolição dos negros, tem sido uma prática que coniventemente corrobora as desigualdades

raciais e socioeconômicas existentes no nosso país. A ideia que se mantém na consciência histórica dos cidadãos é a de “bondade por parte do europeu ao conceder de livre vontade a liberdade dos povos escravizados” que foram passivos à escravidão e incapazes de contribuir na sua própria libertação, além de pressupor o fim da opressão contra os afrodescendentes que na realidade apenas mudaram sua posição de escravizados para excluídos.

A partir do final do século XIX também disseminou-se várias formas de representações dos diferentes povos que deram origem a sociedade brasileira. O europeu sempre simbolizando a imagem de superioridade em relação aos outros povos que eram reputados como inferiores, primitivos ou incivilizáveis e que necessitavam do favor do colonizador europeu para alcançarem a civilização. Segundo Schwarcz:

Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original, ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço de detração, mas uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação. (SCHWARCZ, 1993, p. 112)

Ao negro foi atribuído todas as imperfeições, características e referências negativas contrárias ao europeu. Essa depreciação dos traços culturais e históricos do negro acarretou prejuízos aos afrodescendentes que podem ser apontados ainda em nossa sociedade atual. Com isso, o racismo se expressa dentro desse jogo desigual lembrando que quanto a presença do negro, a sociedade brasileira não priorizou sua história e nem a sua valorização nesse momento da abolição. Como Theodoro destaca:

Nele, a problemática racial revela-se como a chave da naturalização da desigualdade. O racismo e seus desdobramentos e o preconceito e a discriminação aparecem como elemento fulcral, como cerne de nosso contexto social desigual e inerte. (THEODORO, 2008, p. 81).

É possível constatar que vários discursos eurocêntricos da época colonial ainda se preservam nos dias de hoje, pois, por vezes, os traços físicos e/ou culturais de matrizes africanas ainda são frequentemente contornados de opiniões e conceitos racistas. A exclusão social do negro, apesar da conjuntura atual de lutas antirracistas, ainda é persistente. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE divulgada em janeiro de 2014, os negros ganharam, em média, 57,4% do salário dos brancos em 2013, fato que apesar do nítido progresso em relação aos dez anos anteriores desde a criação da lei 10.639/2003, ainda se comprova uma acentuada desigualdade étnico-racial:



Tabela 140: Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, segundo a cor ou raça, por regiões metropolitanas (em reais)* - a preços de dez/13

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Branca							
2003	1875,19	1644,33	2704,03	1780,80	1853,34	1969,62	1466,41
2004	1858,43	1622,76	2589,50	1774,23	1838,33	1957,11	1473,53
2005	1903,28	1723,67	2429,72	1830,09	1918,53	2001,34	1454,34
2006	1960,69	1684,26	2534,58	1885,77	1948,84	2092,21	1506,10
2007	2039,54	1703,94	2555,53	1967,98	2076,56	2156,57	1579,73
2008	2103,88	1696,98	2734,98	2092,29	2186,29	2201,92	1617,00
2009	2170,31	1693,65	2742,73	2177,39	2253,73	2268,86	1680,08
2010	2248,81	1925,98	2779,09	2249,20	2448,26	2276,74	1797,26
2011	2295,08	1847,88	2893,18	2386,63	2571,61	2274,89	1847,47
2012	2361,92	1928,21	2998,31	2582,06	2591,43	2358,09	1881,36
2013	2396,74	1892,33	2523,49	2555,19	2656,86	2408,31	1975,26
Preta / Parda							
2003	907,98	824,27	872,41	901,69	957,89	932,83	885,99
2004	909,64	802,19	883,83	893,47	947,12	947,37	881,27
2005	922,26	798,35	909,56	904,32	954,00	965,38	881,85
2006	978,82	824,50	954,56	986,35	998,01	1028,53	921,42
2007	1011,52	857,17	993,25	1034,65	1035,41	1041,89	969,93
2008	1068,22	850,56	1049,78	1092,97	1105,53	1103,77	998,57
2009	1115,76	886,63	1120,89	1147,21	1164,65	1137,21	1076,39
2010	1191,27	989,18	1221,22	1222,65	1245,37	1196,08	1105,70
2011	1243,80	1044,46	1282,77	1267,00	1298,65	1244,43	1161,15
2012	1325,97	1150,18	1326,48	1391,34	1361,41	1328,65	1232,59
2013	1374,79	1193,19	1290,92	1415,89	1456,49	1386,46	1305,48

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Fonte: IBGE- Rendimento por Emprego - 2013. Disponível em:

<http://jornalggn.com.br/blog/rogeriobeier/ibge-negros-ganharam-57-do-salario-dos-brancos-em-2013>

Na pesquisa, a diferença de rendimentos médios recebidos por trabalhadores negros (categoria que engloba pretos e pardos, segundo o IBGE) em comparação com os mesmos rendimentos de trabalhadores brancos nos dez anos anteriores diminuiu apenas três pontos percentuais, que em 2003 era de 48,4%, e em 2013 chegou a 51,4% (IBGE, pp. 278 a 280).

Portanto, no mercado de trabalho, no sistema escolar, na própria cultura afro-brasileira, muitas vezes, a população negra ainda é marginalizada, lembrando que com as amplas denúncias e resistências por parte de movimentos negros, é expressa a valorização da negritude da sociedade brasileira, mas que ao longo do curso da história a comunidade negra de amplas maneiras foi rechaçada, e após a abolição foi excluída, e nessa política de exclusão, os movimentos negros foram decisivos para evidenciar as tentativas de apagar a contribuição negra da história brasileira.

Ao que foi exposto nessa reflexão sobre a liberdade e as evidentes maneiras de exclusão da população negra após a abolição em 1888, o que se pode sintetizar é que é perceptível que dentro das estratégias políticas do período o negro não teve nenhum suporte de inserção na sociedade na condição de cidadão. O que foi conquistado, foi mediante as resistências do negro em contornar as tentativas de excluí-lo, sendo que como Theodoro aponta: “Também aos trabalhadores livres e libertos, em sua maioria negros, faltaram políticas de proteção e de

inclusão.” (THEODORO, 2008, p. 80). A população negra foi inserida no discurso da liberdade, liberdade esta que foi conquistada pelo esforço dos próprios negros em resistirem e inserirem-se enquanto cidadãos numa sociedade contraditória e que priorizava dar ênfase para a imagem da sociedade da democracia racial, e que tinha abolido a escravidão, mas que não deu suporte nenhum para o cidadão negro ser realmente livre.

Nessa sequência é pertinente refletirmos sobre os discursos do que foi a democracia racial, e como no Brasil, um país caracterizado pela mestiçagem, políticas de branqueamento foram colocadas em prática para excluir o negro após a abolição, e como o racismo é o fator que expressa a discriminação e a permanência de injustiças sociais que compõe a sociedade brasileira.

1.4 Democracia Racial: Política de Branqueamento e Racismo

Refletindo sobre as resistências do negro dentro da sociedade brasileira e diante da Lei Áurea, percebemos que por parte dos discursos pós-abolição, as preocupações dos agentes políticos que monopolizavam os poderes institucionais e ideológicos, não estavam na questão do suporte necessário ao negro e muito menos em como esse estaria sendo conduzido na sociedade. Refletimos no capítulo anterior que a população negra recém liberta foi excluída de amplas maneiras por parte do Estado, sendo que nenhum amparo social estava posto a equalizar as desigualdades que o negro enfrentaria.

Autores como Octavio Ianni (2004), Kabengele Munanga (2008) Antonio Guimarães (2002), Florestan Fernandes (2007), George Andrews (1997), (1998), Theodoro (2008), Luciana Jaccoud (2008), etc. ressaltam como um aspecto passa a ser prioridade dentro do sistema brasileiro que é democracia racial, expressando os ideais do Brasil em focar no discurso do país da harmonia racial, mas que neste processo os autores ressaltam que políticas como o branqueamento da população por meio das imigrações européias, e a exclusão do negro nas participações no que diz respeito ao desenvolvimento do país, passam a ser elementos que viabilizam e atenuam as desigualdades, discriminações e as maneiras de menosprezar a história do negro na sociedade brasileira. Neste sentido, percebemos como o racismo é inserido nessa sociedade que expressa bem a própria trajetória de discriminação presente no Brasil. Na perspectiva dos discursos difundidos no país sobre a democracia racial, a exposição oral

enquanto povo mestiço passou a ser ponto central no sentido de expressar o país como um exemplo de harmonia racial. Como nos aponta Jaccoud (2008):

(...) emerge um pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil e afirma a unidade do povo brasileiro como produto das diferentes raças e cuja convivência harmônica permitiu ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países. (JACCOUD, 2008, p. 50).

Dentro da perspectiva da abordagem do Brasil como um país mestiço, nada mais conveniente do que propagar o discurso de democracia racial existente no país, essa democracia racial sendo característica da própria composição racial proveniente dos grupos étnicos brasileiros, como nos aponta Munanga:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos. (MUNANGA, 2008, p.77)

Com isso, para a elite política e intelectual, propagar esse ideal de país da harmonia racial como característica essencial da sociedade brasileira, atendia aos seus próprios interesses, sendo que de certo modo o país anestesiava os problemas raciais e camuflava a imagem de exploração e desumanização da população negra escravizada, diminuindo desta forma, a percepção da população e dos meios que denunciavam as injustiças sociais, as desigualdades e as discriminações na realidade brasileira.

Essas distinções sociais eram provenientes de um amplo segmento de sofrimentos e de uso da população negra como forma de ganhar lucro, população essa que passa a ser constantemente confrontada culturalmente e imposta às vontades das elites coloniais. Ainda nesse discurso da democracia racial, é expressa a imagem do colonizador como generoso, colocando-se o processo de escravização no Brasil como sendo harmônico, e as consequências desse discurso passam a ser expressivas como nos aponta Munanga: “permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade” (2004, p.89). Portanto é notório como o discurso da democracia racial passa a ser também parte de estratégias políticas de modo que a população pudesse enxergar com as lentes dessa suposta democracia racial.

Antonio Guimarães nos direciona a compreender como o discurso da democracia racial é observado como proposta de solucionar o problema da questão racial. Esse discurso era de grande prevalência no que diz respeito a propaganda do Brasil para os outros países como uma

nação que tolerava as diversidades raciais, transpondo a noção do ser negro na própria composição do país mestiço, e essa mestiçagem sendo de algum modo o meio mais evidente da ruptura e aproximação do mundo dos brancos.

É percebido com base em Jaccoud (2008), que essa questão da democracia racial era mais difusa na realidade daquela época, levando em consideração o contexto histórico que o discurso da democracia racial estava inserido. Neste sentido, pode-se pontuar a tentativa de elevar a questão social brasileira em estar em equalização e dentro das perspectivas de equilíbrio dos grupos étnicos que agora compunham o Brasil. O autor destaca:

Esse termo emerge na década de 1940, em artigos escritos por Roger Bastide na imprensa nacional, mas impõe-se no debate nacional a partir da divulgação da obra de Gilberto Freyre, na década de 1950. (cf. GUIMARÃES, 2002). Assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil. (JACCOUD, 2008, p.51)

No meio político e acadêmico, esse discurso estava em pleno contexto, utilizado por importantes letrados brasileiros como um evento efetivo e que caracterizava o Brasil mestiço, em que Martins (1996) nos aponta que: “Neste contexto intelectuais e estadistas estão preocupados em tornar o Brasil um país viável apesar de sua população marcadamente negra e bastante miscigenada” (MARTINS, 1996, p. 204). É percebido que foi uma complexa articulação entre segmentos ideológicos e políticos de se propagar o ideal de uma democracia racial que na realidade não existia, como nos aponta Guimarães:

Vargas, na política; Freyre, nas ciências sociais; os artistas e literatos modernistas e regionalistas, nas artes; esses serão os principais responsáveis pela “solução” da questão racial, diluída na matriz luso-brasileira e mestiça de base popular, formada por séculos de colonização e de mestiçagem biológica e cultural, em que o predomínio demográfico e civilizatório dos europeus nunca fora completo a ponto de imporem a segregação dos negros e mestiços. (GUIMARÃES, 2002, p.120)

Compreendemos que conforme o discurso da democracia racial era propagado, a própria questão da presença do negro passa a ser colocada como parte da junção da mestiçagem do Brasil, de modo que era abordado as composições do indígena e do negro africano na formação do país, mas que esse contato com o branco passa a ser de modo harmônico, em que os conduziria ao patamar de mestiços.

Com base em Andrews (1997), a relação em que o negro era visto a partir desse discurso, colocava-os como agentes ativos e como se tivessem subsídios de ter ascensão social em uma sociedade que na verdade calava os problemas raciais, mas que se mostra nitidamente

racista. No entanto, era improvável que os negros, tratados de modo alheio, sem suporte social para se adaptarem e conseguirem restabelecer a sua dignidade plena, conseguissem somente por seus esforços solucionar o problema do racismo. O Autor expressa:

A doutrina da democracia racial isentava a política do Estado ou racismo informal de qualquer responsabilidade adicional pela situação da população negra, e até mesmo colocou esta responsabilidade diretamente no ombro dos próprios afro-brasileiros. Se os negros fracassaram em sua ascensão na sociedade brasileira, evidentemente foi por sua própria culpa, pois essa sociedade não o reprimiu nem obstruiu de modo algum o seu progresso. (ANDREWS, 1998, p. 210).

Constatamos que o negro envolto do discurso da democracia racial, passa a ser colocado como agente autônomo de sua inserção no sistema social brasileiro e que conseguiria por seus próprios atos ascender socialmente. Contudo, é notório que dificilmente a população negra poderia ascender socialmente sendo rejeitada e marginalizada conforme o próprio sistema brasileiro que o excluía.

A realidade continuada da pobreza e marginalização dos negros não era vista como uma refutação da idéia de democracia racial, mas sim uma confirmação da preguiça, ignorância, estupidez, incapacidade etc., o que impedia os negros de aproveitar as oportunidades a eles oferecidas pela sociedade brasileira. (IBID)

O discurso da democracia racial também esteve imbuído de ferramentas que davam aberturas ideológicas, colocando o negro no cerne da discussão, ao passo que a democracia racial tentava colocar a população negra com suas peculiaridades fora do enfoque, no sentido de diluir as características culturais dos afro-descendentes. Assim a democracia racial foi um mecanismo de disfarce e um meio de silenciar a comunidade negra das realidades que os mesmos passaram e como estes entendem a sociedade brasileira. Ianni nos aponta que:

Em um país em que são episódicas as experiências de democracia política e raríssimos esboços de democracia social, subsiste em algumas elites o mito da democracia racial. Trata-se de um emblema ideológico que tem funcionado como uma poderosa técnica social, isto é, forma de controle, orientação, incentivo ou dominação. (IANNI, 2004, p.159)

É pertinente destacar que na reflexão da democracia racial no Brasil, outro aspecto passa a ser colocado em ênfase, a política de branqueamento da sociedade brasileira. Como aponta Jaccoud: “Nesse novo contexto, entretanto, a valorização da miscigenação e do mulato continuaram propiciando a disseminação de um ideal de branqueamento como projeto pessoal e social. (JACCOUD, 2008, p.45)”. Nessa relação do branqueamento o que é importante deixar evidenciado é que mediante ao discurso da democracia racial, sendo apoiado por intelectuais e políticos da época, a democracia racial, para além da percepção de compreender o Brasil como

um país que lidou de maneira harmoniosa a relação entre senhor e escravo, agora passa a ser expresso como o país da mestiçagem e de junção dos grupos étnicos. Neste aspecto o que ocorreu foi a política de tentar apagar da história brasileira a negritude, na busca de embranquecer a população brasileira através da imigração européia. Como salienta Ianni:

Cabe observar, neste ponto, que as “elites” brasileiras decidiram priorizar a imigração de “europeus”, “brancos”, “ocidentais”, membros da associação “ocidental cristã”, relegando as populações nativas ou indígenas, os africanos e os seus descendentes. Foi uma política imigratório de cunho “arianista” inspirada no “darwinismo social” do evolucionismo do pensamento europeu em apogeu na época. (IANNI, 2004, p.156)

Com base na teoria do darwinismo social, evolucionismo e tese ariana, citado em Ianni (2004), no Brasil o que se viu após a abolição da escravatura e institucionalização da república, foram políticas de exclusão do negro e a urgente imigração branca na tentativa de embranquecer a população brasileira. Assim, fica evidente que dentro da construção brasileira a discriminação racial era evidenciada por meio da tentativa de assimilar ao máximo as características das populações brancas europeias, e em que o negro passa a ser um fator de atraso na composição social brasileira.

Como Martins (1996) ressalta, o contexto brasileiro passa a ser uma história que deve ser reescrita com a inserção de imigrantes brancos no Brasil. Portanto o que se percebe é que a população negra é excluída e do mesmo modo que foi imposta a cultura eurocêntrica, primordialmente branca, constatamos na realidade brasileira a tentativa de substituição da população negra pela população branca europeia.

O imaginário de branqueamento da população dava-se também dentro do discurso de modernização, em que ao mesmo tempo em que a história do negro era lidada como a questão do passado, a imigração branca passa a compor os moldes da sociedade moderna, e em que o progresso industrial, o uso de tecnologias no trabalho, estava envolta da noção de branqueamento da população, sendo neste sentido essencial para a sociedade entrar na modernidade. Com Base em Theodoro:

A ausência de políticas presentes em vários países que vivenciaram o mesmo processo histórico assentou-se na idéia de que a modernização só viria com o “branqueamento” da pátria. Essa foi também a idéia que sustentou a política de imigração europeia massiva. Os novos colonos vieram substituir o contingente crioulo, inicialmente na área rural e, em um segundo momento, nas próprias áreas urbanas, notadamente aquelas mais dinâmicas. (THEODORO, 2008, p. 80).

Florestan Fernandes (2007) ressalta que as relações raciais passam a caracterizar um caráter peculiar no caso brasileiro, pois o negro perde espaço para o imigrante branco discursivamente detentor dos conhecimentos mais modernos, enquanto o branco europeu se insere no mercado de trabalho e em outras esferas sociais, compondo a sociedade brasileira em que o negro é excluído pela questão racial e pelo estigma da escravidão ao qual foi relegado. Quanto à democracia racial, o mestiço foi elevado a um patamar mais próximo do branco, e a política de branqueamento tornou-se ferramenta de processo que propunha a exclusão do elemento negro na formação da nação. Fernandes ressalta que:

Deixando de ser mão de obra privilegiada e, por qualquer razão, fator ou impedimento de crescimento econômico, o negro, perdeu importância histórica para o branco. Nada poderia envolver os imigrantes, portanto, a implantação da democracia racial. A imigração também teria sido neutra com referência a própria estrutura do sistema de relações raciais, não fossem as relações raciais, não fossem as circunstâncias históricas que a convertiam, espontânea e inevitavelmente, num fator de concentração racial da renda do prestígio social e do poder. (FERNANDES, 2007, p.150)

Nesse enfoque, é notório que o discurso da democracia racial e a política de branqueamento estão dentro da perspectiva de atender a uma sociedade desigual no pós-abolição, sendo que percebemos que a relação entre negros e brancos caracterizam-se pela distinção própria desde o sistema escravista e que mediante o processo de abolição e inserção do negro enquanto cidadão, permanece a falta de suporte ao mesmo, e que agora passa a enfrentar os males da discriminação racial. Todo esse discurso está camuflado na ideia de um país que exalta a democracia racial, como se a mestiçagem comprovasse a valorização do negro em solo brasileiro.

Nessa sequência, o que podemos refletir é que o discurso da democracia racial acaba por colocar a questão racial como solucionada, sendo que ocorreu uma homogeneização das pluralidades étnicas existentes no Brasil. Como nos conduz Martins (1996):

Concomitantemente desenvolve-se no seio da sociedade o discurso da miscigenação criando no imaginário social a ideia de uma sociedade homogênea esvaziando qualquer discurso em torno da pluralidade étnica. Com efeito, a maioria da população formada por pobres negros e brancos desenvolve relações sociais onde a tensão racial é amortizada pelo lugar comum ocupado pelos dois atores. (MARTINS, 1996, p. 204)

É pertinente destacar que o Brasil envolto desse discurso acaba por colocar em ênfase o racismo e a discriminação em relação à população negra. É notório que o racismo continua sendo um aspecto frequente na realidade negra nos dias de hoje, sendo que o negro pobre

encontra bastante dificuldades em se inserir em certos espaços sociais, pelo fator do preconceito racial ainda presente na mente de muitas pessoas. Neste aspecto, conforme Martins (1996) “nos espaços de convivência simbolicamente não-negros, ou seja espaço social de brancos onde a presença da população negra está vinculada a função exercida como empregada doméstica, porteiro etc.” (MARTINS, 1996, p.205).

Nesse contexto, o racismo na realidade do negro expõe as próprias contradições da sociedade brasileira que conduzia a discussão mediante a uma democracia racial, mas que ao mesmo modo explicitava o repúdio ao negro conforme o excluía e o expunha a diversas dificuldades de inserção por conta de sua cor. Nunes (2006) ressalta:

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia-a-dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. (NUNES, 2006, p.96)

Compreendemos que em relação à democracia racial como discurso de propagação da ideia de harmonia racial no Brasil, é constatado que essa democracia torna-se um ideal até hoje buscado pelas populações negras do país. Sendo que as inúmeras maneiras de discriminação, colocando o negro em um impasse mediante a sua inserção e inclusão social, nos conduzem a perceber que esse ideal ainda está em processo de construção. Essa construção democrática racial só tornou-se pelo menos possível mediante à amplas estratégias dos movimentos negros e seus desafios enfrentados nos espaços sociais, reivindicando seus direitos e, denunciando as formas de discriminação e racismo ainda presentes. Florestan Fernandes apud Ribeiro (1995) ressalta que:

As taxas de analfabetismo, de criminalidade e de mortalidade dos negros são, por isso, as mais elevadas, refletindo o fracasso da sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de uma democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos demais. Florestan Fernandes assinala que enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma democracia racial e tampouco uma democracia. (1964, p.738) (RIBEIRO, 1995, p. 236).

Portanto, ao que foi proposto neste capítulo, compreendemos o contexto histórico que o negro foi inserido desde a escravização, as inúmeras maneiras de resistência ao sistema escravista com linhas de fuga, evidenciando sua força e sua persistência na luta contra a opressão. Também foi exposto o processo contraditório entre a liberdade do negro compreendido como cidadão logo após a abolição em 1888, e como o discurso da democracia

racial e a política de branqueamento expõe que a luta dos negros continua, agora contra o racismo e a exclusão social. Nesse sentido, é pertinente refletirmos sobre os movimentos negros nas articulações políticas e na luta contra o sistema desigual que lhe é imposto em solo brasileiro, sua luta por equidade social por meio de sua valorização histórica e cultural bem como as conquistas alcançadas por parte dos desses movimentos.

2. A LUTA PELA IGUALDADE RACIAL: A RESISTÊNCIA, VALORIZAÇÃO E CONQUISTAS

No percurso da história da colonização no Brasil, o negro foi constantemente inferiorizado por meio dos discursos dominantes do colonizador europeu, e condicionado como mero símbolo e mercadoria da escravidão colonial, tendo seus aspectos físicos e psicológicos constantemente relacionados a estereótipos negativos, enquanto a elite intelectual enobrecia as virtudes do colonizador na tentativa de legitimar as desigualdades e eliminar o negro da formação da nação brasileira.

Essas ideologias discriminatórias também não ficaram apenas nos discursos, mas ganharam espaço em livros e materiais didáticos utilizados em sala de aula e até mesmo nas primeiras faculdades do país, que, firmados em teorias pseudocientíficas construíram as bases da educação e formação intelectual de uma sociedade racista e excludente. Suas abordagens curriculares centralizavam-se no colonizador europeu com intenção de estigmatizar a imagem e cultura do negro e impossibilitá-lo de permanecer no ambiente escolar.

Neste capítulo discutiremos sobre alguns dos principais feitos durante o período de lutas dos movimentos negros em busca de recobrar os direitos e oportunidades que foram arrancados aos afrodescendentes durante séculos, percorrendo sobre os principais movimentos e conquistas alcançados ao longo da história das lutas por igualdade étnico-racial.

2.1 Os Movimentos Negros: (FNB, TEN, MNU), Conquista com as Ações Afirmativas, O Dia Da Consciência Negra e Cotas Raciais

Refletindo sobre os movimentos negros, as formas de resistência desde a adaptação em solo brasileiro, as ressignificações culturais, até as articulações políticas por meio de reivindicações, denúncias e conquistas pelos espaços, é notório que os movimentos negros foram essenciais no que diz respeito à busca pela valorização do negro brasileiro. É expressivo que os movimentos negros são os agentes que buscaram a reafirmação enquanto negros e pelo reconhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira em nossa sociedade, bem como pelo fim da discriminação que é tão evidente no Brasil, o que fica evidente também que as lutas ainda concorrem para a plena superação das desigualdades raciais existentes no Brasil. Foram séculos de resistência e lutas por liberdade durante o período escravocrata que, com o advento da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, transformaram-se agora em intensas lutas de militantes que pleiteavam pelos direitos e reconhecimento dos negros no país.

Tendo sua história distorcida e fragmentada, criou-se desta forma uma falsa imagem do afrodescendente no país, gerando discriminação, segregação racial e incitando práticas racistas em todos os setores sociais. Nessa conjuntura excludente, os afrodescendentes viram-se na necessidade de reconstrução e ressignificação da presença do negro no Brasil, o que só poderia acontecer com a mobilização e unificação dos grupos e forças representantes. Segundo Santos (2005):

(...) os negros perceberam rapidamente que tinham que criar técnicas sociais para melhorar a sua posição social e/ ou obter mobilidade social vertical, visando superar a condição de excluídos ou miseráveis (...). A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status (SANTOS, 2005, p. 21)

É pertinente destacar que na busca da plena inserção na sociedade brasileira e mediante aos longos processos discriminatórios e de exclusão do negro recém-liberto, os movimentos negros passam a ser decisivos no que tange aos objetivos de reivindicar e romper com os preconceitos gerados desde o sistema escravista e as discriminações que ainda são inerentes ao negro na sociedade brasileira. Segundo Domingues (2007):

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (DOMINGUES, 2007, p.101)

Essa articulação dos movimentos negros se faz necessária no que diz respeito à própria situação dada pós-abolição, em que, enquanto nos discursos do campo político e do campo científico a democracia racial é assinalada, o negro sofre com a marginalização e exclusão na nova ordem social brasileira. Dentro desse sistema, com base em Santos (2007), percebemos que as articulações dos negros passam a ser presentes em sua inserção em variados segmentos sociais, e com isso surgem as primeiras articulações coletivas da comunidade negra, como ressalta Domingues:

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. (DOMINGUES, 2007, p.103)

É importante destacar também que ao longo desse processo de criação das primeiras mobilizações negras, buscando integrar os negros nesses espaços sociais brasileiros, verifica-se a ampliação da percepção entre a própria população negra afro descendente. Como ressalta Santos (2007), a ampliação da discussão sobre o negro e os seus enfrentamentos, bem como a composição da própria comunidade negra passa a ser colocada em ênfase também a partir da imprensa voltada para a referida comunidade. Como nos aponta Domingues (2007), a busca por um meio midiático que se voltasse para a comunidade negra em que propagasse os próprios assuntos e relatos dos negros, era de fator importante, sendo que não se tinha essa disponibilidade na imprensa formal que só focava numa visão “eurocêntrica”. O autor ressalta que no mesmo processo de articulação coletiva entre os negros:

Simultaneamente, apareceu o que se denomina imprensa negra: jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões. Para um dos principais dirigentes negros da época, José Correia Leite, “a comunidade negra tinha necessidade de uma imprensa alternativa”, que transmitisse “informações que não se obtinha em outra parte” (DOMINGUES, 2007. p.104)

Desempenhando um importante impacto para a população negra, os assuntos veiculados nos jornais explicitavam “... as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2007. p.105), Com isso, fica evidente que a imprensa voltada ao público negro estava interessada em propagar o que acontecia sobre a situação dos negros no Brasil, bem como temáticas que expressavam a realidade e condição do negro em um país racista e que minava as chances dos mesmos ascenderem socialmente.

Nessa reflexão sobre os movimentos negros no país, salientamos que em 16 de setembro de 1931 foi fundado em São Paulo a FNB – Frente Negra Brasileira, que com base em Domingues (2007), a FNB foi o grande movimento de massa e o principal da primeira metade do século XX, esse movimento intensificou os ideais na luta antirracista. Segundo Silva e Araújo “a Frente Negra, foi o maior e mais amplo movimento negro paulista, que se expandiu em outros estados brasileiros, entre eles, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.” (2005, p. 73). Mediante as intenções da Frente Negra Brasileira, compreendemos que a FNB ganha um caráter político no que se refere às intenções e as reivindicações dos negros e as posições políticas dentro do que se refere à comunidade negra. Aqui começa a surgir os primeiros esboços dos movimentos negros integrados a partidos políticos, como Veslasco nos aponta:

A Frente Negra Brasileira, nascida na capital paulista de 1931, foi um diferencial para os negros brasileiros. Além de ser uma associação recreativa e beneficente, tinha boa parte de suas atividades focadas na esfera política, transformando-se, em 1936, em partido político. (VESLASCO, 2009, p.2395)

Com base em Domingues (2007), a FNB representa não só os posicionamentos políticos da comunidade negra, mas integrada na busca pela inserção do negro nos diversos setores sociais, passa a ampliar as alternativas por melhores condições do negro. No ano de 1936 a FNB tornou-se um partido político que buscava conquistar posições para a participação do negro em todos os setores da sociedade no campo político.

A Frente Negra não representava apenas um motivo para o encontro de negros e suas discussões políticas, ela também fomentava a educação e o entretenimento de seus membros. Composta por vários departamentos, a FNB chegou a criar escolas para alfabetização de crianças, jovens e adultos sócios. Na Rua da Liberdade, 196, foram montadas escolas primárias, de línguas e de música. (VESLASCO, 2009, p.2397)

No entanto, em novembro de 1937 o então presidente Getúlio Vargas decretou o fechamento de todos os partidos, das eleições livres e da própria Justiça Eleitoral e anunciou a nova constituição, o Estado Novo. A FNB foi então dissolvida e perdeu sua força e espaço político por conta da pressão do governo, mudando de nome em alguns municípios para escapar da repressão. Dentro do jogo político que os movimentos negros passam a ser representados, é importante caracterizar que os movimentos negros ganham uma ampliação na sociedade brasileira, na relação das lutas sociais pelos seus direitos, “Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente

Negra Brasileira” (DOMINGUES, 2007, p. 121.). Contudo, a FNB não foi o único segmento que representava a comunidade negra naquele momento, os movimentos negros passam a ser abarcados pela comunidade negra e, portanto tornam-se estratégicos no que se relaciona com a realidade social e desigual do Brasil. Domingues expressa:

Vale salientar que, além da Frente Negra Brasileira, outras entidades floresceram com o propósito de promover a integração do negro à sociedade mais abrangente, dentre as quais destacam-se o Clube Negro de Cultura Social (1932) e a Frente Negra Socialista (1932), em São Paulo; a Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro, a Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG, e a Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador. (DOMINGUES, 2007, p. 107.)

Partindo desse processo de ampliação dos movimentos negros na busca por afirmação social, no ano de 1944 foi fundado no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento o Teatro Experimental do Negro – TEN. O teatro era voltado para a valorização cultural do negro, o desenvolvimento da cidadania e o combate à discriminação racial. Seu elenco era formado por empregadas domésticas, operários e, alguns até analfabetos, necessitando da realização de cursos de alfabetização para que eles pudessem ler os textos das peças. Conforme Domingues:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixie; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. (DOMINGUES, 2007, p. 109.)

O TEN inserido na sociedade passa a ser um decisivo espaço para a afirmação da comunidade negra e dando aparato para que a comunidade negra pudesse ser inserida de maneira plena na sociedade, ao mesmo tempo em que buscava explicitar os variados meios discriminatórios que os negros vinham vivenciando em uma sociedade racista e que não dava suporte a população negra. Seguindo na exposição, conforme Santos (2007) em 1950 foi fundado o Conselho Nacional de Mulheres Negras que lutava contra o sexismo e o racismo, e em 1978 o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNU que consolidou e fortaleceu os movimentos precedentes, em que “o movimento social negro que irrompe na cena política brasileira, em julho de 1978, com o nome de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, representa realmente algo de novo no sistema político brasileiro.” (GUIMARÃES, 2002: 157). O MNU passa a abarcar as mesmas intenções

dos movimentos anteriores, dando um caráter social e político, o MNU entra em evidência na relação do negro e projeção mais ampla com os diversos setores da sociedade. Conforme Domingues:

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114.)

O MNU é uma síntese das amplas reivindicações dos negros frente a todo o processo discriminatório que a comunidade foi inserida. É pertinente destacar que o MNU tratava também do reconhecimento da história africana e afro-brasileira, dando um caráter de valorização dos negros na composição formativa do Brasil. Neste aspecto o MNU expressa o empoderamento da comunidade negra nos diversos setores sociais, possibilitando que a comunidade negra seja colocada em ênfase e expressivamente representada politicamente.

Conforme Domingues (2007), até a atualidade é posto que os movimentos negros são agentes importantes, pois expressam a busca pela reafirmação e a plena inclusão da população negra nos setores sociais e políticos do Brasil. É compreendido que os negros mediante o processo de escravização foram relegados e colocados à margem da sociedade, e portanto os movimentos negros buscam o reconhecimento de sua contribuição na formação brasileira e lutam pelo fim da discriminação racial e cultural.

Na medida em que os movimentos negros se intensificaram, inúmeras conquistas foram sendo advindas mediante as reivindicações e denúncias por parte da comunidade negra, o que é preciso caracterizar que conforme Santos (2007, p.167) os movimentos negros passam a despertar outros setores sobre o problema da questão racial no país. Já no início do século atual a questão dos movimentos negros ganha outras vertentes e alcança grandes conquistas a favor da população negra, com a criação de setores do governo direcionados a questão racial e criação de políticas voltadas para a população negra.

No que se propõe os movimentos negros, é pertinente evidenciar que grandes desafios foram superados, e em diversos aspectos teve grande influência como na criação de políticas públicas voltadas para a população negra, cotas raciais, a criminalização do racismo, e outros grandes feitos.

No longo processo de luta por parte dos movimentos negros reivindicando, denunciando as discriminações e as maneiras de exclusão social, em que, com a oficial

unificação do Movimento Negro fortalecendo os movimentos antirracistas, o Estado brasileiro então reconheceu a sua responsabilidade no sentido de reparar os danos promovidos aos afrodescendentes pela discriminação racial a qual, durante séculos, alicerçou a sociedade em fundamentos racistas e excludentes.

A partir do reconhecimento da própria cumplicidade na constituição das desigualdades raciais, o Estado que, outrora se calava diante das atrocidades cometidas contra o negro e os valores pejorativos que lhes eram imputados, hoje tem contemplado ações afirmativas, no sentido de recuperar a história e cultura dos afrodescendentes e recobrar a dignidade e cidadania do negro no Brasil.

Um ato muito importante para a comunidade negra foi o dia da consciência negra, em que alterações foram realizadas como a inclusão do artigo 79-B que introduz o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Essa data faz referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder de um dos principais movimentos de resistência contra a escravidão no período colonial e atualmente considerado símbolo na representação da luta dos negros no Brasil.

Esta foi mais uma das conquistas históricas na luta antirracista do Movimento Negro e faz parte de um conjunto de medidas e ações do Ministério da Educação comprometido com a pauta de políticas afirmativas que, segundo o ex-ministro da Educação Tarso Genro tem como objetivo “...corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro.” (Brasil, 2004, p.05).

Na reflexão das conquistas por parte dos movimentos negros na sociedade brasileira, destacamos que as ações afirmativas expressam bem a necessidade e a atenção no suporte à comunidade negra em ser inserida de maneira plena em uma sociedade desigual. Com base em Kabengele Munanga (2001), (2004), é evidente que para a comunidade negra, que foi longamente inserida como mercadoria por conta do processo de escravização, excluída de inúmeras maneiras, e colocada a margem da sociedade, torna-se necessário ações que atenuem a equidade social e racial entre negros e brancos. Segundo Munanga:

Podemos combater a discriminação e o preconceito, assim como seus efeitos por meio de duas maneiras básicas: a primeira é a Legislação Penal, ou seja, a criação de leis que punam atos discriminatórios e a segunda é por meio da promoção de igualdades de oportunidades ou ações afirmativas. (MUNANGA, 2004, p. 185)

Conforme essa necessidade de mecanismos que permitam que a população negra afrodescendente seja inserida na sociedade desigual, o Estado, mediante as pressões por parte

dos movimentos negros, tem se empenhado na busca de solucionar os problemas de desigualdades sociais e raciais. Neste aspecto, as ações afirmativas estão direcionadas a resolver os problemas de desigualdade de oportunidades. Com isso, é preciso destacar que Ações Afirmativas são:

[...] conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001 (Brasil, 2004, p. 12)

Dentro da discussão referente às ações afirmativas, com base em Almeida e Teixeira (2011), é evidenciado que essas ações passam a serem um suporte dado às minorias sociais. Compreendemos que a população negra por sua profunda história de desigualdade social passa a ser estrategicamente inserida nos objetivos de equalizar as distinções sociais. Segundo os autores:

As ações afirmativas encontram-se no cerne do debate constitucional, sendo elas o meio utilizado para a efetivação da igualdade material, por meio da proposição da igualdade de oportunidades em favor daqueles considerados minorias sociais. (ALMEIDA, TEIXEIRA, 2011, p.106.)

Nesse aspecto, as ações afirmativas passam a ser utilizadas como suporte para a população negra, mas que não se restringe somente a essa população. Segundo Moehlecke (2002), o que é compreendido das ações afirmativas, é que elas passam a denunciar que tratar os desiguais de maneira igualitária só contribui para a permanência de desigualdades sociais no Brasil. É notório que as ações afirmativas passam a ser decisivas não só para a população negra, mas para os grupos étnicos que ao longo do tempo têm sido discriminados por questões raciais e/ou culturais.

Antonio Sergio Guimarães (1997) apresenta uma definição da ação afirmativa baseado em seu fundamento jurídico e normativo. Estas consistiriam em promover privilégios de acesso a meios fundamentais, na educação e emprego, principalmente a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente. (1997, p.233). (MOEHLECKE, 2002, p.200)

Nessa proposta das ações afirmativas, ocorre o empoderamento das minorias que passam a receber condições de igual modo com os demais grupos, no aspecto do acesso às

oportunidades nas áreas da educação, no mercado de trabalho e em outros setores. Almeida e Teixeira (2011), em sua exposição expressam explicitamente que as ações afirmativas passam a desempenhar esse papel de empoderamento por parte das minorias, e, portanto conseguem de modo pleno inserirem-se nos espaços sociais mediante o reconhecimento de que o Brasil convive com o racismo, a discriminação, e a exclusão destas minorias. Como ressalta Moehlecke (2002) “Com base nessas características, observa-se que as ações afirmativas têm o condão de efetivar a reparação social em favor da classe menos favorecida pela promoção da igualdade de oportunidades, sem, contudo, criar uma nova situação de discriminação.” (p.198). Neste sentido, as ações afirmativas proporcionam igualdade de oportunidades entre as populações menos favorecidas e as outras classes, sem que haja diminuição de direitos ou entraves para estas outras classes.

Contextualizando as ações afirmativas Moehlecke nos aponta que:

A expressão tem origem nos Estados Unidos, local que ainda hoje se constitui como importante referência no assunto. Nos anos 60, os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extenso da igualdade de oportunidades a todos. (MOEHLECKE, 2002, p.198)

Sendo que essas ações voltadas à reparação e equalização social passam a ser reformuladas em diversos países que enfrentam problemas relacionados com as desigualdades sociais e raciais entre os grupos étnicos. Segundo Almeida e Teixeira (2011), com as articulações políticas e a pressão dos movimentos negros, as ações afirmativas passam a ser pressupostos essenciais para a composição dos países que buscam a igualdade social e racial. No Brasil, as ações afirmativas tiveram a real aplicabilidade por parte de agendas do governo somente a partir da constituição de 1988, possibilitando que assuntos relacionados à valorização e reparação das minorias passem a ser buscados dentro dos setores sociais.

No Brasil, as ações afirmativas surgiram de uma discussão entre o Ministério do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho, que se declaravam favoráveis a leis que instituíssem um percentual de emprego para negros na iniciativa privada, como forma de resolver a discriminação racial no mercado de trabalho (DRELICH, apud SANTOS, 2008, p. 48). Mas foi somente com o advento da Constituição de 1988, que trouxe inúmeras mudanças no quadro legal brasileiro, que as ações afirmativas puderam ser verdadeiramente aplicadas em favor das minorias sociais. (ALMEIDA, TEIXEIRA, 2011, p.108)

Como expuseram Almeida e Teixeira (2011), Moehlecke (2002), Munanga (2001), diversas ações foram colocadas em prática a fim de realmente serem direcionadas as premissas que se destinam as ações afirmativas. Como a relação das cotas raciais, a valorização da história africana e afro-brasileira, as políticas destinadas à vagas para negros e afrodescendentes no ensino superior e no mercado de trabalho, etc. são elementares para as transformação da sociedade brasileira. É notório que muitas mudanças precisam ser feitas e inúmeras articulações precisam ser revistas dentro do cenário brasileiro para a efetiva participação das minorias nos setores sociais e políticos, mas é pertinente expor que as ações afirmativas são um grande passo para se pensar a questão da equalização social no Brasil. Mediante estas ações o que é colocado é a conquista também por parte dos movimentos negros pressionando e reivindicando contra as desigualdades sociais e o racismo enfrentados pelos negros que a partir destas ações estão sendo superadas, em um processo gradual que tem tornado a população mais reflexiva sobre a necessidade da valorização e questão negra no país.

Mais especificamente na condução das ações afirmativas a fim de superar as desigualdades sociais e raciais, ocorre uma abrangência de discussões e diálogos com os contextos das minorias. Almeida e Teixeira (2011) em sua exposição expressam que as ações passam a compor grande evidencia no diálogo com o público negro em que de diversas maneiras, colocam em ênfase a reparação às desigualdades contra as minorias. Moehlecke ressalta que:

Analizando o conjunto dos projetos, observamos que são apresentadas diferentes propostas: a concessão de bolsas de estudo; uma política de reparação que, além de pagar uma indenização aos descendentes de escravos, propõe que o governo assegure a presença proporcional destes nas escolas públicas em todos os níveis; o estabelecimento de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de ações Afirmativas; a alteração no processo de ingresso nas instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos. Na definição dos grupos beneficiados, os projetos estabelecem critérios exclusivamente raciais/étnicos ou sociais, ou procuram utilizar ambos os critérios. (MOEHLECKE, 2002, p.208).

Dentro das agendas do governo com as ações afirmativas, é evidente o cuidado com a escolha dos públicos destinados a estas ações e que de maneira óbvia é destinada aos que mais sofreram no Brasil expresso de desigualdades sociais e de benefícios voltados aos grupos sociais brancos, sendo que os indígenas e africanos desde o sistema escravista estavam relegados à função da marginalização. Portanto, aos indígenas e afrodescendentes foi evidenciado a necessidade de políticas de equalização a esses grupos étnicos. Como nos aponta Moehlecke: “Naqueles que estabelecem grupos raciais, temos como público alvo os negros

afrobrasileiros, descendentes de africanos, ou setores étnico-raciais socialmente discriminados, em que estaria incluída a população indígena.” (IBID). Ainda, com base na autora, também foi destinando percepção para com pessoas de classes sociais baixas e na condução de políticas sociais aos alunos de escolas públicas e que fazem parte dos dois grupos étnicos.

Percebemos também que na relação desigual da sociedade brasileira, as ações afirmativas passam a ser motivo que desagrade a grupos sociais beneficiados com a situação das desigualdades sociais. Almeida e Teixeira (2011) deixam claro que mediante a implicação das ações afirmativas várias críticas são feitas às agendas destas ações, sendo que se baseiam ou na ignorância sobre os temas em discussão sobre a necessidade de reparação as minorias negras e indígenas, ou por conta de grupos conservadores que são beneficiários de um sistema desigual. Essa relação no Brasil passa a ser uma pauta de grande polêmica, discussões e posicionamentos sendo que mediante as ações afirmativas a minoria ascendendo socialmente passa a incomodar alguns grupos sociais preconceituosos e que naturalizam a relação complexa gerada pela diferença de raça e classe. Os autores atentam:

Entretanto, tais políticas têm sido insuficientes para a promoção da igualdade de oportunidades, uma vez que a sociedade brasileira ainda está presa em suas convicções racistas, machistas, dentre vários posicionamentos discriminatórios que atrapalham o desenvolvimento da sociedade rumo à igualdade material. (ALMEIDA, TEIXEIRA, 2011, p.109.)

Munanga também nos alerta que as ações afirmativas passam a serem apoiadas por grupos que são excluídos e que sofrem com a situação desigual do país, bem como as próprias comunidades minoritárias, como indígenas, afrobrasileiros e apoiadores dos movimentos negros, sendo também, criticadas por parte de uma elite racista e que se beneficia da situação desigual. O autor salienta:

Não era possível imaginar as propostas de ação afirmativa num país onde há pouco tempo se negavam os indícios de preconceitos étnicos e de discriminação racial. Dezenas de anos, os movimentos sociais negros lutaram duramente para arrancar da voz oficial brasileira a confissão de que esta sociedade é também racista. Embora o racismo esteja ainda muito vivo na cultura e no tecido social brasileiro, a voz oficial reagiu há pouco tempo aos clamores dos movimentos negros. (MUNANGA, 2001, p.35)

Dentro desse enfoque das ações afirmativas no Brasil, o que se percebe é que os desafios na busca de equidade racial por parte dos negros ainda continua, e mediante as pressões por parte dos movimentos sociais, o que é evidenciado é que são essenciais os

movimentos negros na busca e nas barreiras superadas pela população negra. Nessa relação é pertinente refletirmos as conquistas dos movimentos negros, que ancorados também com as agendas políticas, por parte do governo brasileiro com ações afirmativas, é notório importantes acontecimentos para a comunidade negra.

Como nos apontam Almeida (2013), Iensue (2009), Arispe (S.D), o dia da consciência negra reflete bem um grande fato por parte dos grupos negros na legitimação da valorização da história negra africana e afro-brasileira, sendo o dia simbólico na sociedade brasileira. Com base em Iensue (2009), o dia da consciência negra criado em 2003, e instituído em 2011, passa a ser um marco para a comunidade negra, elencando importantes reflexões sobre a história do negro, sendo o próprio dia carregado de simbolismo. Como Almeida nos aponta, “o que se conseguiu foi a instituição, em 2003, de lei que obriga o Dia Nacional da Consciência Negra a ser comemorado nas escolas, ocasião em que a conscientização em relação às diferenças a partir dos afro-descendentes, é praticado”. (ALMEIDA, 2013, p.4). Já no ano 2011, Arispe nos aponta que:

No dia 10 de novembro de 2011, Dilma Rousseff, atual presidente do Brasil, assinou a lei 12.519, que torna o dia 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra. A data, que homenageia Zumbi dos Palmares – líder dos escravos negros africanos que lutaram contra a escravidão no Brasil do século XVII –, foi implementada pelo movimento negro brasileiro em 1978. Essa demarcação pretendia trazer à reflexão sobre a história da população negra no Brasil um percurso distinto daquele que tratava o fim da escravidão como um ato nobre da corte brasileira. O dia 13 de maio data em que no ano de 1888 foi sancionada a Lei Áurea pela princesa Isabel e que até então detinha essas comemorações carregava o estigma de ser um ato de caridade da realeza brasileira e não narrava a história de luta e resistência dos negros escravos à exploração. (ARISPE, S.D, p.1)

Como Arispe (S.D) ressalta, o dia da consciência negra desempenha o próprio ato reflexivo sobre a história do negro bem como as realidades que a comunidade negra tem enfrentado ao longo do processo histórico na sociedade brasileira. Iensue (2009) expressa também que o dia da consciência negra marca notadamente a luta negra na sociedade brasileira. A reflexão voltada para o dia da consciência negra expõe as lutas dos movimentos negros em divulgar os próprios desafios da comunidade negra bem como denunciar os atos discriminatórios e preconceituosos em que os negros constantemente enfrentaram. Relacionando os contextos de 2003 e 2011 em que o dia 20 de novembro é direcionado no que se refere à consciência negra, essas reflexões passam a ser essenciais no sentido de propagar em nível nacional a presença negra em todo o Brasil e evidenciar que muito tem que ser feito na busca pela superação das discriminações e desigualdades que a sociedade negra tem enfrentado em solo brasileiro. Segundo Arispe:

Visando sublinhar as iniciativas provindas da população negra, que culminaram na eliminação do sistema escravocrata, o movimento negro estabeleceu o dia 20 de novembro como data referência na mobilização por políticas públicas e ações governamentais em prol do fim da desigualdade social e do racismo originados pelos cerca de 300 anos de escravidão negra em solo brasileiro. (ARISPE, S.D, p.1)

Portanto com base em Almeida (2013), mas do que um dia de feriado nacional, para os movimentos negros, o dia da consciência negra passa a compor parte das articulações dos próprios movimentos em fazer uma profunda reflexão sobre os desafios enfrentados pelo negro na realidade brasileira. Tendo nossa realidade repleta de atos discriminatórios, meios de exclusão minuciosos, distinções raciais gritantes, o que se percebe é que para os movimentos negros se faz necessário pensar sobre os caminhos que esses movimentos têm que trilhar a fim de superar as barreiras de racismos, racismos esses que muitas vezes são institucionais. Com isso, o dia da consciência negra passa a fazer parte de uma ampla agenda política que expressa que o Brasil tem uma população negra que busca ser inserida de maneira plena nos espaços sociais.

Dentro da reflexão sobre as ações afirmativas como meio de dar condições às minorias, e aqui inclui-se a comunidade negra que tanto foi refém da situação de exclusão, e entendendo os movimentos negros nesse processo de conquistas, sendo abordadas nesta exposição o dia da consciência negra e nesse momento as cotas raciais em que autores como Pires (2012), Meira (S.D), Almeida e Teixeira (2011) discorrem, percebemos que as políticas de cotas raciais fazem parte de um complexo sistema de intenções em que para o movimento negro expressa também alguns desafios que foram atentados por parte dos órgãos responsáveis de incluir todos os cidadãos de maneira plena nos diversos setores da sociedade. Inicialmente, Meira (S.D) expressa que:

As cotas raciais, como são conhecidas, são instrumentos de ação afirmativa utilizados em muitas universidades públicas brasileiras, cujo objetivo é favorecer grupos considerados historicamente excluídos e discriminados em função da suposta raça a que pertenceriam. Notadamente, o principal alvo dessas políticas públicas, no Brasil, são aqueles indivíduos considerados da raça negra. (MEIRA, S.D, p. 17)

Como Pires (2012) atenta, a comunidade negra é parte das intenções do projeto de cotas raciais, sendo que historicamente os negros são os mais vulneráveis às desigualdades para se ter acesso ao ensino superior. Com isso é preciso que se entenda que as cotas raciais não são meros elementos de privilégios aos negros dando certas vantagens a mais que os brancos, mas é a questão de se colocar a população negra no mesmo patamar de disputa com as classes mais

favorecidas historicamente, sendo que esses já têm diversos privilégios frente aos negros desde a constituição do Brasil.

O início das cotas raciais no Brasil teve origem em 2003 pela Universidade do Rio de Janeiro, com isso Almeida e Teixeira (2011) ressaltam que logo após, outras Universidades pelo país aderiram ao sistema. Como Meira (2011) nos apresenta:

A primeira vez que tal sistema foi adotado no país foi no ano de 2003, quando a Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi obrigada a estabelecer cotas raciais no seu processo de seleção em decorrência de uma lei estadual aprovada dois anos antes. Desde então, várias universidades públicas têm adotado tal sistema de, pelo menos, duas formas distintas. (MEIRA, S.D, p. 17-18)

Para Almeida e Teixeira a inserção das políticas de cotas raciais teve grande impacto sendo essas iniciadas “... sob protestos de que as cotas aumentariam o racismo, que a qualidade do ensino diminuiria, que não haveria como definir quem é negro ou não e que a seleção deveria ser realizada em função do mérito.”(ALMEIDA, TEIXEIRA, 2011, p.130). Frente a essa realidade, os autores expõem que a política adotada sobre as cotas raciais para a comunidade negra elenca a equidade social e racial buscada pelos movimentos sociais, sendo que somente com o discurso de igualdade professado há tempos na política e entre intelectuais, essa igualdade de fato não existiu, e colocada em articulação com os movimentos negros denunciando as discriminações enfrentadas pelos negros ao longo de séculos, acaba por ficar evidente que o negro não pode ser envolto do discurso meritocrático que logo injustamente o coloca em posição desigual com os demais.

Apesar de ser notório o processo de injustiças raciais que o negro vem sofrendo desde o período escravista, e sendo evidente que competir de igual modo só amplifica as desigualdades sociais entre os negros e brancos, alguns discursos são contrários a política de cotas raciais “que afirmam que se está criando um ambiente discriminatório, sem levar em consideração a história escravagista nacional.” (ALMEIDA, TEIXEIRA, 2011, p.130). O que fica perceptível é que esses discursos sem embasamento histórico e nem reflexivo passam a ignorar a história do negro, desconsiderando as desigualdades sócio-econômicas existentes entre negros e brancos. Como ressalta Almeida e Teixeira:

Com relação às cotas raciais nas universidades, muitos defendem que haverá o aumento do racismo, que a qualidade do ensino diminuirá, que não há como saber quem é e quem não é negro, e que a seleção deve ser feita com base no mérito (BARROS et al., 2011, p. 240). Eduardo Barros afirma, porém, que, com a implantação de cotas, o racismo diminuiu pela convivência das diferentes classes, que o rendimento acadêmico foi igual ou superior ao dos demais estudantes e que é

possível identificar o negro com base em estatísticas do IBGE. O mérito, diz ele, deverá ser usado entre iguais, e não entre desiguais. O uso do mérito entre desiguais apenas manteria as desigualdades existentes (BARROS et al., 2011, p. 241). (ALMEIDA, TEIXERA, 2011, p.119)

Com essa exposição, percebemos a grande importância da luta dos movimentos negros nas conquistas já adquiridas, é perceptível também que grandes são as frentes contrárias que, ou por falta de conhecimento sobre as dificuldades e discriminações enfrentadas pelos negros, ou por serem parte de uma elite que luta pela hegemonia e conservadorismo, e que é a favor do sistema desigual, por essas razões é interessante lutar a fim de que a comunidade negra e as minorias possam ter a dignidade plena e a inserção em todos os setores sociais. Pires (2012) conclui:

Esse quadro tão somente reforça a necessidade de implantação de políticas públicas direcionadas para a população negra, que visem a alcançar uma maior equanimidade de oportunidades. As políticas afirmativas, principalmente a de cotas, para a população negra no Brasil são mais do que necessárias, urgem! (PIRES, 2012, p.50)

Em suma, nessa proposta de discussão, vimos que os movimentos negros e sua trajetória histórica no Brasil é repleta de lutas e de conquistas, e percebemos também que as conquistas para a comunidade negra foram mediante as articulações dos referidos movimentos. Percebemos que a Frente Negra Brasileira, posteriormente o Teatro Experimental do Negro, e logo seguido o Movimento Negro Unificado, foram frentes de grande impacto para a posição dos negros na sociedade desigual que os excluía e que ainda exclui em minuciosas ações. Dentro do quadro de conquistas, temos as ações afirmativas, que são essenciais no que se refere à equalização social e equidade racial, temos o dia da consciência negra que expressa à reflexão e a propagação nacional da importância histórica do negro e sua condição na atualidade brasileira. As cotas raciais também passam a ser essenciais na inserção do negro no ensino superior. Portanto é interessante seguir a discussão agora refletindo nas lutas e conquistas do movimento negro na conjuntura educacional com a lei 10.639/2003, que traz a obrigatoriedade do ensino africano e afro-brasileiro e como o âmbito educacional passa a ser espaço essencial por parte dos movimentos negros.

2.2 A Lei 10.639/2003: Conquista e Valorização da Cultura Africana e Afro-Brasileira no Espaço Escolar

Nessa reflexão sobre as conquistas a partir dos movimentos negros, como o dia da consciência negra, as ações afirmativas, a política de cotas, etc., um aspecto passa a ser de grande importância, sendo a busca pela valorização do multiculturalismo existente no Brasil. Esse enfoque tem grande impacto no que concerne à perspectiva educacional, em que os movimentos negros passam a desempenharem grande papel na sociedade a partir da formação escolar, com isso é evidenciado a lei 10.639/2003, que traz em sua composição a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira no espaço escolar, bem como nos estudos de arte e literatura. Autores como Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), Nilma Lino Gomes et al (2010), Kabengele Munanga (2006), Jaysa Monteiro Almeida (2013), etc., nos ajudam a compreender como as relações étnico raciais passam a ser de grande importância para se pensar o Brasil plural e a valorização dentro da sua reflexão em sala de aula em que expressa a contribuição do negro na sociedade brasileira.

A Lei 10.639 sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de seu primeiro mandato, foi promulgada no dia 09 de janeiro de 2003 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/96) que dita os fundamentos e a forma de organização do sistema educacional, incluindo desde então no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Segundo Almeida (2013), a lei 10.639/2003 é o resultado das articulações dos movimentos negros e das articulações políticas a fim de compor no sistema educacional um currículo pautado na reflexão da pluralidade étnico-racial e na própria composição da sociedade brasileira bem como meios de reparar a história negra que foi longamente excluída da abordagem por parte do Estado. A autora ressalta que:

É notório deixar evidenciado que as discussões em torno da diversidade sociocultural e das questões étnico-raciais desenvolvidas ao longo do século XX pelos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, culminaram com a criação em janeiro de 2003 da Lei 10.639, que veio de encontro a algumas demandas da comunidade afro brasileira por políticas de reparação dos danos sofridos ao longo de séculos de exclusão, preconceito, discriminação e desigualdades. (ALMEIDA, 2013, p. 8)

De igual modo é exposto por Nilma Lino Gomes, como ressalta Silva (2009), que os movimentos negros foram decisivos para o estabelecimento da Lei 10.639/2003, sendo que já articulados, os movimentos negros passam a compor frente no amplo processo de ressignificação da presença negra no Brasil. Assim fica evidente com base em Silva e Almeida

que os movimentos negros são agentes articuladores que buscaram sistematizar no âmbito da educação os parâmetros necessários para a constituição da lei. Na busca por reivindicar o reconhecimento negro no espaço escolar, os movimentos negros que surgiram no cenário brasileiro antes da promulgação da referida lei, promoveram uma série de iniciativas, dialogando questões referentes à educação como espaço de formação cidadã fundamental. Silva nos aponta que:

Para Nilma Gomes (2009), um conjunto de acontecimentos contextualiza a referida lei, possibilitando seu sancionamento no ano de 2003. Entre eles, ganham destaque: a realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que aconteceu em Brasília em 1995 sob a coordenação do Movimento Social Negro, reunindo cerca de 30 mil participantes. Naquele ato político, os manifestantes entregaram ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Racial; no ano seguinte (1996) foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra e também foram elaborados pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que incluía a Pluralidade Cultural como um de seus temas transversais, ainda em uma perspectiva universalista de educação (SILVA, 2009, p.17)

Nessa compreensão dos parâmetros abordados pela lei é importante ressaltar que o artigo 26-A determina que:

Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Portanto, a história africana e afro-brasileira sendo abordada em sala de aula passa a expressar as lacunas deixadas por parte do Estado em relação às desigualdade herdadas do período colonial, sendo agora evidenciados dentro do ambiente escolar, desmistificando os estereótipos e discursos de inferiorização e estigmatização do negro, além de trazer um novo olhar para o povo brasileiro em relação à sua formação e à importância da contribuição do negro na nossa sociedade multirracial e multicultural.

Essa nova abordagem histórica sobre a trajetória do negro no Brasil, respaldada no multiculturalismo deve programar uma nova concepção da realidade social, a partir da valorização da contribuição do negro na formação da nossa sociedade, bem como da sua cultura e valores herdados de seus antepassados.

A falta de abordagem sobre a temática do negro no Brasil na área educacional gerou uma lacuna que podemos apontar como ignorância historiográfica, possibilitando que os estereótipos e os preconceitos raciais e culturais preenchessem esse lapso no senso comum dos brasileiros em relação aos afrodescendentes. Ainda hoje, apesar da nova configuração na busca pela igualdade racial, é possível presenciarmos com frequência atitudes discriminatórias contra o negro em todas as classes sociais. Com os parâmetros ressaltados pela lei compreendemos que a história do negro passa a ser um elemento importante a ser abordado em sala de aula, pois não somente aborda a composição do negro na história brasileira, como também a importância de dar subsídios a população negra de se sentir inserida e saber sua história, bem como suporte para o negro contra as minuciosas formas de discriminação que ainda permeiam nossa sociedade. Com isso, o que se busca são políticas de reparação que sejam eficazes a comunidade negra. Essas políticas sendo:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico cultural afro brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 11)

Um fator também importante a ser ressaltado é que, ainda com base em políticas de reparação para a comunidade negra, elencando assim a auto percepção dos negros no espaço escolar e também a questão da afirmação da população afrobrasileira, a abordagem da história africana e afro-brasileira em sala de aula traz a compreensão aos alunos do ensino fundamental e médio, quanto a valorização da história da presença do negro na composição étnica de nossa sociedade, em que na miscigenação, deu ao Brasil um caráter multicultural. Segundo o Conselho Nacional de Educação (2004):

A relevância do estudo de temas decorrentes da História e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capaz de construir uma nação democrática (CNE, 2004, p. 10)

Dentro do que é proposto a partir da educação, a lei 10.639/2003 traz um enfoque relevante ao que se compreende das relações entre os movimentos negros e por meio de articulações que de fato foram essenciais no desenrolar do processo de promulgação da lei que implica na obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Este ensino passa a ser um grande marco na intenção de acabar com as discriminações raciais e culturais, sendo que foi alterada a legislação no sentido de inserir um currículo que não seja unilateral e eurocêntrico. Com base em Almeida e Teixeira (2011) é interessante compreender que para a população negra, as mobilizações dos movimentos negros em alterar aspectos e parâmetros legais referentes a educação com intuito de inserir questões relativas a história africana e afro-brasileira bem como ressaltando a contribuição negra na formação do Brasil, é de grande impacto nas estruturas que antes não davam nem espaço aos negros no ambiente escolar. Conforme Silva (2009) destaca:

A alteração a LDB nº 9.394/96 pela Lei nº 10.639/03 e suas formas de regulamentação propõe transformar a inclusão da educação das relações étnico-raciais e da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares em política pública de educação. Para Nilma Gomes (2009), a alteração vincula-se à garantia do direito a educação e requalifica esse direito, ao acrescentar-lhe o direito à diferença. Nesta perspectiva, a Lei nº 10.639/03 é compreendida como a primeira mudança no sistema educacional brasileiro, dos últimos 20 anos. Ela propõe-se a modificar a escola, mexe com a estrutura da instituição, uma vez que exige a mudança de atitude dos atores da comunidade escolar, em seus mais diversos níveis de atuação. (SILVA, 2009, p.21)

Com base em Silva (2007), estudar as relações étnico raciais é de grande importância, pois dá um caráter aos cidadãos que estão inseridos no espaço escolar quanto a própria composição e realidade da sociedade brasileira, sendo que a mesma é composta de grande diversidade cultural que expressam as significâncias culturais de índios, negros e brancos numa composição multicultural e pluriétnica. Como nos aponta a autora:

A sociedade brasileira sempre foi multicultural, desde os 1500, data que se convencionou indicar como de início da organização social e política em que vivemos. Esteve sempre formada por grupos étnico-raciais distintos, com cultura, língua e organização social peculiares, como é o caso dos povos indígenas que por aqui viviam quando da chegada dos portugueses e de outros povos vindos da Europa. (SILVA, 2007, p. 493)

Nessa reflexão, percebemos que a problemática das desigualdades socioeconômicas enfrentadas no Brasil atualmente, tem relação direta com as questões raciais herdadas desde a colonização, sendo que por falta deste conhecimento histórico emancipatório, permanece a disseminação do preconceito racial e cultural no senso comum das pessoas.

Diante do exposto e da realidade que vivenciamos compreendemos que a reprodução desses preconceitos raciais e culturais, a permanência de discursos e ideologias racistas e a discriminação racial, resulta desta falta de conhecimento da própria história brasileira. Nessa condição, a população não compreende onde, como e quando surgiram esses discursos e atitudes racistas e não percebem quais foram e continuam sendo as suas finalidades e as suas consequências. Com base no CNE, observamos que a abordagem sobre a temática passa a representar um importante passo no que diz respeito ao conhecimento e a valorização do negro, bem como ao caráter multicultural do Brasil, conforme ressaltado:

A valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p.12)

Portanto, no estudo da História brasileira multicultural descentralizada, fundamentada na temática da lei 10.639/2003, pode-se desenvolver a capacidade de compreensão e crítica dos cidadãos, a partir da análise das várias faces dos acontecimentos históricos possibilitando um julgamento racional da realidade social em que estamos inseridos. A partir das premissas objetivadas pelas diretrizes da lei, percebemos a importância da abordagem na perspectiva multicultural presente no Brasil e da própria apropriação pelos alunos enquanto cidadãos, respeitando, valorizando e conhecendo as relações étnico-raciais que são expressivas na sociedade brasileira.

Com base em Almeida (2013), a abordagem de uma perspectiva sobre as relações étnico-raciais coloca em questão compreender as próprias percepções de si mesmo, sendo que os cidadãos passam a compreender as questões formativas da composição social do Brasil, e com isso é colocado a reflexão de inserção dos próprios cidadãos nessas relações étnico-raciais. Silva nos aponta que:

A educação das relações étnico raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e bons homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, ver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2007, p.490)

A escola deve, portanto, ser espaço primordial na discussão do tema exposto, promovendo ações, programas e disponibilizando o acesso ao conhecimento emancipador, destacando incessantemente a importância da participação e contribuição de todos e conscientizando cada cidadão da sua capacidade e responsabilidade de transformar o seu espaço em um lugar melhor, sem preconceito, discriminação racial ou cultural, para que assim se possa alicerçar a base de uma sociedade mais democrática. Conforme Almeida atenta sobre a educação, com a implantação da lei 10.639/2003:

Uma educação que priorize a construção de relações étnico-raciais pautadas na igualdade e liberdade de condições de existência e participação incide não somente sobre a afirmação das identidades, como também sobre o imaginário social. (ALMEIDA, 2013, p. 9)

Nesse sentido, é expressa a necessidade de compreender o Brasil como um país diverso, plural, repleto de culturas distintas, e que ao longo do processo histórico brasileiro, ocorreram grandes ações que tiveram impactos na composição do país, como próprio ato da escravidão e exploração da comunidade negra, mas, que neste processo o negro também resistiu, e compôs a nossa diversidade étnica brasileira.

Nessa discussão sobre a sociedade brasileira e suas relações étnico-raciais, é de grande impacto para a transformação da realidade desigual, abordar esses temas no espaço escolar que, por séculos dava ênfase somente a um modelo ocidental e eurocêntrico de educação. A partir desse processo de abordagem da história africana e afro-brasileira, o que se busca é discutir e compreender a sociedade brasileira bem como suas pluralidades étnicas e culturais. Com isso, a implicação composta a partir da lei 10.639/2003 “provocou um movimento em direção a ressignificação de práticas educacionais, no sentido de pautá-las na valorização da imagem da população negra e reafirmar as suas contribuições na formação nacional.” (ALMEIDA, 2013, p. 9).

É pertinente refletir que a busca por espaços e por inserção plena nos setores sociais, na conjuntura escolar fundamentada na aplicação da lei 10.639/2003, recupera a memória e valorização da contribuição do negro na formação da sociedade brasileira, desarticulando os mecanismos que anestesiavam a sociedade em relação às desigualdades étnico-raciais, desmistificando o mito da “democracia racial” e resgatando a identidade do povo negro através

da inserção da temática da referida lei. A partir desta discussão é possível perceber os motivos de a população negra corresponder majoritariamente às classes populares mais baixas, aos piores empregos, aos menores salários e consequentemente aos menores índices de desenvolvimento humano do país. Com base em Munanga (2006), Silva (2007), Gomes (2010), podemos perceber que, assuntos relativos à questão negra ainda são grandes desafios no que se refere à plena consolidação dos espaços conquistados, contudo longas trajetórias foram superadas e na realidade brasileira, grandes avanços foram alcançados neste aspecto. Rocha e Silva nos ressaltam que:

A efetivação da Lei 10.639/03 está em construção, sendo ainda um desafio a ser vencido, pois, como é sabido, ainda há desconhecimento deste marco regulatório por parte de gestores públicos e profissionais da educação, que propugna a revisão do currículo escolar referente à referida lei. Além disso, a sociedade brasileira ainda não está plenamente convencida quanto à superação das políticas públicas universalistas e à necessidade para se avançar com as específicas, considerando a politização das diferenças, como uma importante contribuição dos movimentos sociais que colocam como meta a construção de uma coletividade que reconheça e considere os grupos historicamente discriminados. (ROCHA, SILVA, 2013.p 76)

Na medida em que dialogamos sobre a implicação da lei 10.639/2003 é oportuno refletir que para os movimentos negros esse marco é muito importante, sendo que a discussão referente às relações étnico-raciais, bem como a história do negro afro-brasileiro dentro do ambiente escolar passa a ser um importante aliado no combate à discriminação racial e contra o preconceito alicerçado no contexto social brasileiro. Com base em Fernandes (2007) a questão do negro dentro do ambiente dos brancos desarticula de múltiplas maneiras antigos paradoxos relacionados à igualdade entre os mesmos, sendo que as relações étnico-raciais desiguais são provenientes do antigo sistema imposto ao negro. Portanto o que se percebe como intenção da lei 10.639/2003 dentro do sistema educacional é que mediante a aplicação no espaço escolar a lei passa a dialogar com a percepção da própria comunidade negra sobre sua história e sobre a valorização dos negros na sociedade brasileira. Com isso: “(...) para os afro-brasileiros, para aqueles que chamam a si mesmos de ‘negros’, o antirracismo tem que significar, antes de tudo, a admissão de sua ‘raça’, isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros.” (GUIMARÃES, 1995, p. 43).

Nesse diálogo, como nos aponta Almeida (2013, p. 9), a lei elenca a ressignificação cultural dos negros, e Silva (2007, p. 490) nos conduz a perceber que para a formação cidadã

dos brasileiros, é de grande importância a reflexão e a valorização da própria história africana e afro-brasileira no que concerne a composição cultural existente em nossa sociedade.

Portanto, compreender a implementação da lei 10.639/2003, no que se propõe essa pesquisa, é fundamental no sentido de perceber a importância do aprofundamento sobre a temática na escola como estratégia basilar para a transformação das relações étnico-raciais no país. Neste sentido, é elencado o enfoque no cunho multicultural do país e na historicidade africana e afro-brasileira como propostas para se pensar as relações desiguais que a comunidade negra tem enfrentado. Nessa discussão, buscamos uma reflexão sobre a lei 10.639/2003 como uma articulação política e estratégica essencial, e, seguindo essa discussão, é importante refletirmos a educação enquanto espaço estratégico para a valorização da história da formação e da composição do Brasil.

3. TRABALHANDO O CAMPO

No que se propõe esta pesquisa em refletir sobre a implementação da lei 10.639/03 que traz a discussão sobre a obrigatoriedade dos estudos da história da África e dos Africanos e sua contribuição na formação do Brasil, iremos refletir sobre como se dá esse processo de implementação da referida lei no espaço escolar.

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo do Vale, localizada na cidade de Acarape CE, há 60 Km de distância em média da cidade de Fortaleza, capital do Estado. A escola foi fundada no ano de 1970, inicialmente intitulada como Escola Vocacional, e no ano de 1978 foi aprovada pelo Conselho de Educação com dois cursos de segundo grau, Habilitação para o Magistério e Técnico em Contabilidade. Atualmente a escola atende ao segmento do ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano, com uma demanda de 531 alunos matriculados e ativos dentre as 17 turmas, sendo seis turmas de 6º ano (quatro pela manhã e duas pela tarde), quatro turmas do 7º ano (duas pela manhã e duas pela tarde), três turmas de 8º ano (duas pela manhã e uma pela tarde) e por fim, quatro turmas de 9º ano (duas pela manhã e duas pela tarde).

A Escola localiza-seno centro da cidade, atendendo a demanda de alunos do segmento fundamental II de toda a sede e de algumas localidades, sendo a única escola da sede municipal com foco no ensino fundamental II e a escola com maior número de alunos de todo o município.

A cidade de Acarape compõe parte de um dos polos que sedia a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), universidade que tem foco na integração entre Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Com este objetivo, a universidade tem realizado esta integração atendendo a uma demanda de alunos estrangeiros africanos que chegam ao Brasil para estudarem e se formarem em um dos cursos superiores oferecidos pela instituição, passando a morar na cidade de Acarape, Redenção e cidades circunvizinhas.

Com a presença dos estrangeiros africanos no município inserindo-se nos diversos espaços da região, como também por meio de projetos, estágios e programas que envolvem escolas e outras instituições na região, uma maior discussão sobre as relações étnico-raciais, e sobe a lei 10.639/03 e sua temática têm sido mais abordadas amplamente, especialmente nas escolas da região.

Portanto, a presente pesquisa foi realizada na escola, com a finalidade de perceber como têm se dado o processo de implementação da lei no espaço escolar, compreendendo suas maiores dificuldades na aplicabilidade e como os educadores e alunos pensam as questões étnico-raciais em seus espaços públicos e particulares, fomentando também uma maior discussão na escola e reflexão sobre a importância da aplicabilidade da lei e de se tratar dos temas por ela evocados. Neste sentido, a pesquisa foi realizada em espaço escolar por ser o núcleo de aplicabilidade da referida lei, e sendo a sala de aula o centro desta aplicação, em que os educadores, maiores responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem são encarregados de trazer as discussões e reflexões temáticas da lei em todo o currículo escolar e em suas disciplinas, conforme está previsto no artigo 26-A.

3.1 Metodologia utilizada na pesquisa

Para a realização da pesquisa de campo, foi selecionada uma escola de ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano), que por razões técnicas e geográficas foi escolhida a EEF Padre Antônio Crisóstomo do Vale, e em que aleatoriamente foram selecionadas três turmas entre 8º e 9º ano, pensando-se que, nesta etapa do ensino fundamental os alunos encontram-se mais abertos às discussões críticas em relação ao tema proposto nesta pesquisa, e, somando-se o total de 91 alunos referente às três turmas com metade do corpo docente da escola, ou seja, 10 docentes, foi então realizada a aplicação de nosso instrumento de pesquisa.

Para se perceber como se dá o processo de implementação da lei 10.639/03 no ambiente escolar, refletindo-se neste aspecto sobre as questões pertinentes às relações raciais no chão da escola e nos espaços socioculturais em que os pesquisados estão inseridos, faz-se necessário coletar informações acerca dos mesmos, de forma a possibilitar a utilização destes dados como amostra da comunidade escolar que está em análise, e, a partir desta amostra, torna-se possível interpretar a realidade sociocultural vivenciada pelos docentes e discentes e as questões pertinentes à implementação da lei 10.639/03.

Portanto, para corresponder aos objetivos desta pesquisa, foi realizado um levantamento de dados, em que foi necessário apenas um único momento para a coleta de dados, o da aplicação do instrumento de pesquisa, sendo de corte transversal, não necessitando de

reencontrar os pesquisados em um segundo momento para obtenção de outras informações ou dados.

O instrumento elaborado e utilizado para o levantamento de dados da pesquisa trata-se de um questionário de 10 perguntas de múltipla escolha em que o pesquisado responde as perguntas a partir de sua compreensão sociocultural, sem que haja interferência ou intervenção no momento da aplicação do questionário, permitindo a liberdade na escolha das respostas e proporcionando a nossa compreensão da realidade social dos pesquisados para posteriormente ser realizada a tabulação e discussão desses dados. O levantamento de dados com a aplicação de questionário é considerado nesta pesquisa o procedimento mais adequado, possibilitando a identificação de alguns atributos de uma população maior (a comunidade escolar), a partir de uma parcela desta população (os pesquisados), além de tornar mais breve a realização da coleta de dados.

O questionário foi elaborado a partir de questões consideradas importantes e que possibilitem a identificação quantitativa e a compreensão crítica dos pesquisados, percebendo de que forma é tratada a temática da lei e o que pensam em relação à ela, além de refletir sobre os níveis de conhecimento do tema tanto da parte docente quanto dos discentes. O questionário foi elaborado precisamente para este estudo, pensando-se em questões e pontos importantes que possibilitem a identificação, tabulação, e reflexão crítica sobre as respostas, de forma a atender aos objetivos desta pesquisa.

Para o levantamento de dados, utilizou-se um questionário para os discentes e outro questionário para os docentes da escola, permitindo assim uma maior compreensão da realidade sociocultural no espaço escolar e da perspectiva dos alunos e professores no contexto escolar, compreendendo as relações raciais e questões pertinentes à aplicação da lei como possíveis dificuldades enfrentadas e de que maneira se dá esse processo de aplicação da lei em sala de aula.

A razão de a aplicação do instrumento de levantamento de dados ser direcionada a professores e alunos, se dá pela compreensão de que a implementação da Lei 10.639/03 está intrinsecamente relacionada a sala de aula, espaço este em que se encontram os executores responsáveis pela aplicação prática da temática e os receptores ou destinatários desta aplicação, em que obterão uma nova perspectiva educacional emancipatória em relação aos temas da lei, multiculturalizada no sentido de compreender as diversidades culturais existentes em nosso

país, além de fomentar a valorização da historicidade e contribuições da presença negra em nosso país.

Portanto, a partir do levantamento dos dados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa, foi realizada a tabulação, a análise, e posteriormente uma discussão sobre estas informações utilizando-se o método de base quantitativo para a compreensão da realidade vivenciada na escola do município e trazendo essa breve reflexão para a compreensão do contexto social em que estamos inseridos em nossa sociedade brasileira.

Um total de 91 discentes foi pesquisado, sendo destes, 31 alunos do 8º ano A, 34 alunos do 9º ano A e 26 alunos do 9º ano B, todos no período da manhã. Em relação aos docentes, o instrumento de pesquisa foi aplicado no mesmo dia em horários diferentes conforme disponibilidade dos mesmos nos horários de planejamento.

Para a aplicação do instrumento de pesquisa, fui apresentado como aluno do curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB, e, durante a aplicação estivemos presente no sentido de esclarecer o objetivo da pesquisa e explicar sobre os eixos temáticos da mesma, além de esclarecer quanto a possíveis dúvidas no caso de dificuldades por parte dos pesquisados.

3.2 Identificação dos Discentes e Docentes

Seguindo a identificação dos discentes da referida pesquisa, foram 31 questionários aplicados na turma do 8º ano A, do ensino fundamental na escola pesquisada, em que 22 questionários foram respondidos por jovens do sexo feminino e 09 do sexo masculino. Em relação à idade, o público de alunos pesquisados foi em grande parte da faixa etária entre 13 e 14 anos como demonstrado na tabela abaixo:

12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos
2	12	15	1	1

Perguntados sobre as religiões dos pesquisados, foi notável um grande número de pesquisados que se identificaram entre cristãos católicos e protestantes, sendo que o público de

alunos que se identificaram como católicos foi de maior número. O pertinente a relatar é que foram listadas religiões de matrizes africanas, mas nenhum aluno expressou ser pertencente a essas religiões, como listado na tabela abaixo.

Católico (A)	Protestante	Outra	Nenhuma
19	7	3	2

Seguindo a identificação, em relação a, como os alunos se consideram no que se refere à cor, foi evidente um maior público que se considera de cor parda, sendo seguido dos que se consideraram brancos. É importante ressaltar que na hora da aplicação do questionário os alunos se mostraram confusos e alguns relataram a dificuldade em identificarem-se como pretos. Um pequeno público também se identificou como indígena, como demonstra a tabela abaixo:

Branco	Preto	Indígena	Pardo
8	0	2	21

No 9º ano A, foram aplicados 34 questionários, em que, na pesquisa foi expressa a resposta de 18 jovens do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Foi percebido mediante as respostas um grupo expressivo de alunos entre 14 e 15 anos, como exposto na tabela abaixo:

14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
14	13	5	2

No 9º ano A, foram presentes um grande número de alunos que se consideraram católicos e protestantes, igualmente ao 8º ano, mas nesse quadro alguns alunos também se consideraram espíritas. Como exposto abaixo:

Católico (A)	Protestante	Outra	Espírita
20	8	4	2

Em relação à cor, os alunos se mostraram agitados no momento de responder, sendo expressivo um maior número de alunos que se identificaram como pardos, e seguidos de alunos que se identificaram como indígenas. Neste caso, também foi expressivo a presença de alguns alunos que se identificaram como pretos, relatando a questão discutida em ambiente familiar

como sendo determinante sobre a cor deles, em que alguns pais de alunos afirmavam sua auto-identificação como pretos. Abaixo está o resultado na tabela:

Branco	Preto	Indígena	Outro	Pardo
5	4	7	3	15

Seguindo a discussão, na turma do 9º B, foram aplicados 26 questionários, em que foi respondido por 15 alunos do sexo feminino e 11 do sexo masculino. Também neste caso houve uma grande quantidade de alunos com faixa etária entre 14 e 15 anos, como apresentado na tabela abaixo.

13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
2	15	6	2	1

Assim como no 8º ano e no 9º ano A, no 9º ano B foi mais expressivo a presença de alunos que se consideraram católicos e protestantes, sendo que também houve alguns alunos que se identificaram como espíritas, e de igual modo às outras turmas, alunos que expressaram fazer parte de outras religiões, no entanto o que ficou implícito é que religiões seriam essas, sendo que foram listadas no questionário as religiões conhecidas e predominantes e que estão presentes na região, entretanto, alguns alunos preferiram identificar-se no item outras. Abaixo está expresso em números as religiões dos alunos do 9º ano B.

Católico (A)	Protestante	Outra	Espírita
17	6	2	1

Em relação à cor, dos alunos do 9º ano B, 13 alunos identificaram-se como sendo de cor parda, e seguidos de alunos que se identificaram como brancos e pretos, sendo que também no momento da pesquisa alguns alunos estavam indecisos questionando em tom de brincadeira que eram “café com leite”, “moreno escuro e moreno claro”, etc. Abaixo está expresso em números a percepção dos alunos:

Branco	Preto	Indígena	Pardo
6	4	3	13

Em relação ao corpo docente, foram aplicados 10 questionários, em que foram respondidos por educadores entre 21 e 49 anos de idade. Dentre os 10 questionários aplicados aos educadores, fica expresso que o educador de Ciências Sociais possui 30 anos de atividade

docente, os de matemática 5 anos, 5 anos e 8 anos, L. portuguesa 13 anos, 1 ano e 3 anos, História/Geografia 9 anos, Ed. física 1 ano e 3 anos. Logo abaixo está expresso a quantidade de docentes pesquisado por áreas de ensino.

Matemática	Ciências Sociais	História/Geografia	L. Portuguesa	Ed. Física
3	1	1	3	2

Do grupo docente pesquisado, o percentual maior em relação às religiões em que se identificavam foi de católicos e protestantes, assim como na maioria dos discentes, em que, mediante a listagem de outras religiões incluindo de matrizes africanas, nenhum discente ou docente se identificou como sendo pertencentes a essas religiões. Portanto, 80% dos professores pesquisados relataram ser católicos, 20% relataram ser protestantes.

Em relação à cor, os docentes se identificaram majoritariamente como pardos e apenas 01 como branco, conforme expresso na tabela abaixo:

	Branco	%	Pardo	%
	1		9	
Total %	10%		90%	

Terminada a identificação dos docentes e discentes referentes às três turmas pesquisadas, iremos inicialmente expor os resultados das respostas dos discentes em que na proposta desta pesquisa, os questionários foram elaborados no sentido de trazer uma reflexão e levantar discussões acerca da implementação da lei 10639/03, dialogando sobre esses resultados que passam a ser importantes para reflexão do que nos propomos na pesquisa.

3.3 Resultados da Pesquisa dos Discentes e Docentes

Partindo da exposição dos resultados dos discentes, foram aplicadas 10 questões de múltipla escolha em um questionário para os alunos selecionarem os itens que correspondessem às respostas dos mesmos. O questionário foi aplicado com a autorização prévia documentada e assinada pelo secretário de educação do município e com a permissão do

diretor da escola, no turno da manhã durante o horário de aula e em momento cedido pelos professores em cada uma das três turmas, conforme se disponibilizaram a contribuir com a presente pesquisa.

Posteriormente os resultados foram tabulados para trazermos uma breve análise quantitativa dos resultados e das questões pertinentes a pesquisa, e, conforme os dados coletados dos discentes das três turmas, é possível refletirmos e levantarmos discussões a partir da valiosa participação dos alunos na presente pesquisa.

Inicialmente, foi perguntado aos discentes sobre que traços culturais os discentes percebiam em sua vivência, e o que se constatou é que 63,7% dos alunos das três turmas relataram que percebiam a influência africana em sua vivência. A referida questão foi trazida no intuito de percebermos como os alunos relacionavam as influências culturais na realidade social em que vivem, e, conforme suas respostas, notamos que alguns relataram a presença cultural africana principalmente pelo contexto em que estão inseridos, em que há a presença de estrangeiros africanos em Acarape e cidades circunvizinhas por conta da universidade UNILAB. Analisando os resultados, 18,6% dos alunos consideraram a presença cultural indígena em sua vivência seguido de 17,5% que disseram perceber a presença cultural europeia. Abaixo está expresso na tabela a tabulação dos resultados.

Turmas:	Africano	(%)	Indígena	%	Europeu	%
8º A	20	64, 5%	7	22,5%	4	12, 90%
9º A	23	67,6%	7	20,5%	4	11,7%
9º B	15	57,6%	3	11,5%	8	30,7%
Total %	63,7%		18,6%		17,5%	

Na sequência, foi perguntado na concepção do aluno sobre como o grupo da escola era composto, levando em consideração os grupos étnicos presentes no Brasil. A partir da questão, o que se constatou foi que 42,85% dos alunos não conseguiram identificar essa realidade e influencias étnicas no ambiente escolar, levando em consideração que 38,46% relataram que era um grupo com traços de mestiçagem, seguido dos alunos que consideraram o público da escola com maior presença de brancos, tendo somente 5,49% dos alunos que relataram perceber o público da escola com maior presença de negros. Logo abaixo está expresso na tabela os resultados.

Turmas:	Com traços de miscigenação	%	Mais brancos	%	Mais negros	%	Não consigo identificar isso	%
8° A	5	16,1%	6	19,3%	3	9,6%	17	54,8%
9° A	21	61,7%	2	5,8%	2	5,8%	9	26,4%
9° B	9	34,6%	4	15,3%	0	0	13	50%
Total %:	38,46%		13,18%		5,49%		42,85%	

Mediante os resultados, foi constatado que os alunos ficaram bastante apreensivos em perceber a composição da escola, sendo que muitos alunos disseram não conseguirem identificar tal percepção.

Seguindo a discussão, foi perguntado aos alunos se eles já tinham estudado sobre as diversidades culturais existentes em solo brasileiro, e o que foi percebido é que 85,71% dos alunos afirmaram já ter estudado sobre as diversidades culturais do Brasil. Logo abaixo está expresso na tabela os resultados individuais das turmas.

Turmas:	Sim	%	Não	%
8° A	29	93,5%	2	6,4%
9° A	31	91,1%	3	8,8%
9° B	18	69,2%	8	30,7%
Total %	85,71%		14,28%	

É importante destacar que no momento da aplicação da pesquisa na turma do 8° ano A, a professora estava preparando um seminário sobre a África no Brasil, na aula de geografia, no momento em que intervimos para a aplicação do questionário desta pesquisa. Os alunos se mostraram entusiasmados, pois no mesmo momento em que começamos a relatar sobre os objetivos desta pesquisa, os alunos disseram que iriam elaborar esses seminários relatando sobre as culturas africanas no Brasil.

Perguntados se consideravam importante o estudo da temática das culturas africanas e afro-brasileiras, 40,6% afirmaram ser importante estudar sobre estas culturas, pois ajuda a lidar com as diferenças. Nesse caso, percebemos que os alunos dos 9° anos, foram incisivos em dizer que as diferenças faziam parte do Brasil. 36,2% dos alunos disseram que era bom estudar sobre essas questões por tratar-se de uma cultura diferente da deles, e, neste aspecto, o que pode ser expresso é que alguns alunos têm dificuldades em perceber que as culturas africanas e afro-brasileiras são parte importante na formação de nossa sociedade brasileira, como nos aponta Munanga (2007). Abaixo está expresso na tabela:

Turmas:	É importante, pois é bom valorizar a cultura diferente da nossa.	%	É importante, pois nos ajuda a lidar com as diferenças.	%	É importante, pois é bom valorizar nossa cultura afro-brasileira.	%	Não acho importante, pois são culturas distantes das nossas.	%
8° A	10	32,2 %	12	38,7 %	7	22,5 %	2	6,4 %
9° A	11	32,3 %	13	38,2 %	0	0	10	29,4 %
9° B	12	46,1 %	12	46,1 %	2	7,6 %	0	0
Total %	36,26%		40,65%		9,89%		13,18%	

Foi perguntado aos alunos sobre em que momentos nas disciplinas eram abordados os assuntos das relações étnico-raciais, e 58,24% disseram que era estudado em momentos das disciplinas de História, em que alguns alunos disseram que o professor sempre atentava para a presença de africanos e a diversidade cultural que estava presente em cidades como Acarape e Redenção. 23% dos alunos disseram que era abordado frequentemente em momentos propícios, mediante os momentos pertinentes que os professores bem como a escola dialogava sobre essas questões com o aluno. Na tabela abaixo está tabulado os resultados por turma.

Turma:	Em estudo de História	%	Em todas as disciplinas	%	Em disciplinas da área de humanas	%	Frequentemente em momentos propícios	%
8° A	24	77,4%	3	9,6 %	3	9,6%	1	3,2%
9° A	14	41,1%	1	2,9 %	1	2,9%	18	52,9 %
9° B	15	57,6%	2	7,6 %	7	26,9 %	2	7,6%
Total %	58,24%		6,59%		12,08%		23,07%	

Perguntados aos alunos se já haviam sofrido discriminação racial por conta da cultura ou cor, 52,74% dos alunos ressaltaram que não haviam sofrido discriminações, seguido de 47,25% dos alunos afirmaram que sim, já haviam sofrido algum tipo de discriminação. Abaixo está expresso por turma os resultados:

Turmas:	Sim	%	Não	%
8° A	26	83,8%	5	16,1%
9° A	12	35,2%	22	64,7%
9° B	5	19,2%	21	80,7%
Total %	47,25%		52,74%	

É pertinente destacar que alguns alunos ressaltaram sobre as mais frequentes brincadeiras de cunho racista, uns alunos disseram que eram chamados de “pretos velhos” de “chocolate negro”, etc. Os alunos comentaram que entre eles tinham brincadeiras, mas que isso não era discriminação, no entanto o que percebemos é que fica implícito as consequências dessas “brincadeiras” mediante a essas evidências e às respostas afirmativas dos alunos pesquisados que confirmaram já ter sofrido algum tipo de discriminação por conta de cor ou cultura.

Perguntados se conheciam alguém que já sofreu discriminação racial ou cultural, notamos que 74,72% dos alunos ressaltaram que conheciam alguém que havia sofrido algum tipo de discriminação. No momento de responder a questão, alguns alunos começaram a citar os tipos de brincadeiras em tom de brincadeira, causando risos tanto na turma de 8° ano A, quanto na de 9° ano A, mas os alunos ficaram rindo e argumentando que era apenas brincadeira. Abaixo está expresso por turmas os resultados:

Turmas:	Sim	%	Não	%
8° A	20	64,51%	11	35,4%
9° A	27	79,4%	7	20,5%
9° B	21	80,7%	5	19,2%
Total %	74,72%		25,27%	

Perguntados sobre em que momentos eram abordados os assuntos referentes às diversidades culturais e as relações étnico-raciais por parte da escola, os resultados se seguiram como expresso na tabela abaixo:

Turma:	Em datas específicas	%	No dia da consciência negra	%	Em momentos de culminâncias	%	A escola não aborda sobre essas questões	%
8° A	17	54,8%	8	25,8%	2	6,4%	4	12,9%
9° A	25	73,5%	2	5,8%	3	8,8%	4	11,7%
9° B	9	34,6%	4	15,3%	7	26,9%	6	23,0%
Total %	56,04%		15,38%		13,18%		15,38%	

Dos resultados, 56% dos alunos disseram que a escola aborda sobre essas questões em datas específicas, seguido de 15,38% de alunos que disseram que abordam nos dias da consciência negra e 15,38% que afirmaram que a escola não aborda sobre essas questões. No entanto, mediante os comentários dos alunos durante a aplicação desta questão, ficou explícito que a escola insere a discussão sobre os africanos em Acarape e Redenção por meio de programas como o PIBID – (Programa de Iniciação à Docência), relatando também que no dia da consciência negra, a escola passou documentários e os professores discutiram sobre os temas pertinentes.

Perguntados aos alunos se tinham interesse em conhecer mais sobre as culturas africanas e afro-brasileiras, 40,65% dos alunos disseram que tinham interesse por conta da valorização histórica da sociedade brasileira. Os alunos do 8° ano fizeram comentários durante a aplicação da questão afirmando que era interessante porque compõe parte da miscigenação do Brasil. Abaixo está expresso o resultado por turma na tabela:

Turma :	Sim, pois é importante valorizar nossa história.	%	Sim, é interessante valorizar nossa história e traços culturais.	%	É interessante por termos africanos presentes aqui na região		Importante pra valorização da cultura brasileira.		Por isso os alunos se interessam por esses assuntos.	
8° A	17	54,8%	9	29%	1	3,2%	4	12,9%	0	0
9° A	14	41,1%	12	35,2%	4	11,7%	4	11,7%	0	0
9° B	6	23,0%	8	30,7%	3	11,5%	4	15,3%	5	19,2%
Total %	40,65%		31,86%		8,79%		13,18%		5,49%	

Do total, 31,86% disseram que tinha interesse em valorizar por conta da nossa história e dos traços culturais. 13,18% dos alunos disseram que era importante pra valorização negra brasileira. No momento da aplicação e explicação da questão, os alunos do 9º ano B comentaram entre si que isso era importante por causa da presença dos africanos em Acarape e Redenção, eles afirmavam entre si que era por isso que se discutiam sobre essas questões.

Por fim, perguntados se conseguiam perceber a abordagem sobre os assuntos relativos à cor e raça, e à diversidade cultural no Brasil, 34% dos alunos disseram que sim, eram abordados por parte dos professores que discutiam sobre estas questões, em que, conforme alguns alunos comentaram, os professores sempre traziam questões sobre as diversidades afro-brasileiras e relacionavam os assuntos da presença dos africanos no Brasil como ponte pra discutir sobre as culturas distintas que compõe o nosso país. Abaixo está tabulado por turma os resultados na tabela:

Turmas:	Não, pois os alunos não se interessam pelos assuntos.	Não consigo perceber isso	A escola dificilmente aborda sobre estes assuntos	Sim, a escola aborda constantemente sobre esses assuntos.	Sim, por parte dos professores que abordam sobre estas questões.
8º A	0	13	5	6	7
9º A	2	3	1	11	17
9º B	5	7	4	3	7
Total %	7,69%	25,27%	10,98%	21,97%	34,06%

O que ficou evidente também é que 25,27% disseram que não conseguiam perceber esses momentos de abordagem dessas temáticas. Além disso, os alunos do 9º A comentaram que somente por ocasião da presença de africanos e dos estudantes da UNILAB que com frequência faziam pesquisas da universidade na escola, é que se discutia com os alunos sobre essas questões. 21,97% dos alunos disseram que a escola aborda constantemente sobre as relações étnico-raciais e que a discussão da diversidade étnico-racial surge com frequência e de modo espontâneo entre os professores e nos assuntos em sala de aula.

Ficou percebido que os alunos do 8º ano e 9º ano A ficaram bem divididos nas respostas, e uns queriam opinar nas respostas dos outros durante a aplicação do questionário com comentários em tons de brincadeira. De igual modo em todas as turmas ficou evidente conforme os comentários que os alunos fizeram, que os temas sobre a cultura africana e afro-brasileira é sempre abordado e que a própria cidade de Acarape é sempre colocada como

espaço que tem essa diversidade, principalmente por conta da presença de africanos na região e da universidade UNILAB, que, com isso a discussão fica sempre à tona em sala de aula.

Partindo dos resultados dos 10 docentes pesquisados, o instrumento da pesquisa foi aplicado em momentos de planejamento individual de cada professor, em que, o pesquisador esteve presente na aplicação e para esclarecimento dos objetivos desta pesquisa, sempre com o cuidado de não interferir nas respostas dos pesquisados. Durante a aplicação, foi entregue o questionário e deixado espaço livre para os professores comunicarem-se, e foi mediante esse tempo mais propício que ocorreu o levantamento de dados dos docentes para esta pesquisa. Os resultados foram tabulados e nesse espaço vamos expor as reflexões que foram geradas a partir da pesquisa.

Inicialmente foi perguntado aos professores se, percebendo o corpo estudantil da escola, como eles compreendiam em termos de cor a composição do grupo estudantil, e, 80% dos professores disseram que percebiam um grupo miscigenado, enquanto 10% disseram ser um público com maior presença de brancos, e 10% afirmaram ser um grupo com maior presença de negros. O que fica evidente a partir dos comentários dos professores é que eles disseram que o público era pardo pela própria composição histórica do Brasil mestiço. Abaixo está tabulado os resultados de modo específico na tabela:

	Mais brancos	%	Mais negros	%	Um grupo miscigenado	%
	1		1		8	
Total %	10%		10%		80%	

Seguindo a discussão foi perguntado aos professores sobre a implementação da lei 10.639/03 que tematiza a história africana e afro-brasileira, se eles já tinham lidado em prática sobre esses assuntos em sala de aula, 40% dos professores disseram ouvir falar das implicações dessa lei, como demonstra na tabela abaixo:

	Já ouviu falar das implicações da lei	%	Não ouvi falar sobre essa lei	%	Sei do que se trata, mas não sei como relacionar em sala de aula.	%	Lido constantemente com as questões relacionadas com a lei com os alunos	%
	4		2		2		2	
Total %	40%		20%		20%		20%	

Alguns professores relataram não ter conhecimento sobre essas questões, afirmando que até compreendiam do que se trata, mas não sabiam como relacionar em sala de aula, e, outros relataram que abordam em sala de aula enfatizando sobre a diversidade cultural em Acarape a partir da presença dos africanos na região. Perguntados sobre, o Brasil sendo um país de grande diversidade cultural e racial, e a escola nesse espaço ter lidado com essas questões, fica notável que 50% dos professores pesquisados afirmaram que a escola lida sobre essas questões em culminâncias, como no dia da consciência negra, e 50% afirmou que a escola lida frequentemente com os alunos em sala de aula. Como expresso na tabela abaixo:

	A escola lida com essas questões em culminâncias	%	A escola lida constantemente com os alunos	%
	5		5	
Total %	50%		50%	

Perguntado aos professores se sentiam dificuldades em abordar sobre questões pertinentes à lei 10.639/03, 60% dos professores disseram sentir dificuldades, por ser um assunto presente mas complexo para discutir com alunos que sempre vêem isso de modo atento. Conforme a tabela abaixo:

	Sim	%	Não	%
	6		4	
Total %	60%		40%	

O restante dos professores relatou não sentir dificuldade, pois abordam sobre a presença de africanos que estão na região e com isso ajuda a relacionar os assuntos com as culturas africanas inseridas no Brasil. Nessa sequência, foi pedido que eles listassem dentre os itens qual o motivo ocasionava as dificuldades em abordar sobre os temas da lei, e, 40% dos professores disseram que sentiam dificuldade por conta de materiais paradidáticos, em que eles relataram que os materiais não auxiliavam muito na abordagem dos temas, e que a internet para alguns era uma grande aliada nesse sentido. 40% disseram também que sentiam dificuldade por conta do tempo necessário para abordar sobre essas questões, dentre estes, alguns disseram que o tempo para a explicação da matéria da disciplina para posteriormente a aplicação das avaliações deixava pouco tempo para abordagem sobre as questões das diversidades raciais e culturais do Brasil. Na tabela abaixo está mais especificado os resultados.

	Falta de materiais paradidáticos	%	Falta de interesse dos alunos	%	A questão de o tempo ser pouco para abordar sobre essas questões	%	A dificuldade em relacionar com a disciplina	%
	4		1		4		1	
Total %	40%		10%		40%		10%	

Foi perguntado sobre, a cultura africana sendo uma das presentes na formação cultural brasileira, se eles consideravam importante abordar sobre essas questões, 70% dos professores afirmaram que era sim importante para valorização da nossa cultura, relatando que faz parte de nosso arcabouço cultural. 20% disseram que era importante por conta da presença de africanos em nossa região, por conta da UNILAB, conforme a tabela abaixo está expresso:

	Sim, pois temos que valorizar a nossa cultura.	%	Sim, pois temos que valorizar a cultura diferente da nossa.	%	Sim, pois temos a presença de africanos em nossa região por conta da Unilab.	%
	7		1		2	
Total %	70%		10%		20%	

Seguindo a pesquisa, foi relatado que no Brasil atualmente um grande incidente de discriminações ocorrem cotidianamente, e foi perguntado aos professores se eles já tinham presenciado no espaço escolar algum tipo de discriminação racial, e 80% dos professores relataram que já tinham percebido brincadeiras com conotação racista entre alunos, alguns comentaram que ouviam expressões do tipo “negrinho do pastoreio”, etc. 20% disseram que ainda não tinham percebido isso em sala de aula. Abaixo está expresso na tabela:

	Não, nunca presenciei.	%	Sim, já percebi “brincadeiras” de cunho racista entre alunos.	%
	2		8	
Total %	20%		80%	

Foi perguntado aos professores se possuem algum material que auxilie nessa abordagem da diversidade cultural e da história africana e afro-brasileira em sala de aula, 80% dos professores relataram não possuírem o material para tal abordagem, e 20% disseram não ter por conta que dificilmente tocavam nessas questões, como questionado por alguns

professores que relataram não haver como abordar sobre essas questões na disciplina, no caso de áreas como educação física e matemática. Outros relataram que não tinham mesmo por conta que na discussão em sala de aula não aprofundavam muito sobre essas questões. Abaixo a tabela com os resultados:

	Não possuo material	%	Não tenho material, pois não abordamos muito sobre essas questões.	%
	8		2	
Total %	80%		20%	

Nessa sequência, foi perguntado sobre a implementação da lei que aborda a valorização africana e afro-brasileira, se os professores consideravam importante essa implementação, os resultados seguem na tabela abaixo:

	É importante pra valorização cultural de nosso país	%	É importante, pois temos que valorizar a cultura diferente da nossa.	%
	5		5	
Total %	50%		50%	

Nesse espaço, 50% disseram que era importante, por conta da valorização cultural do país, e 50% disseram ser importante para valorizar a cultura diferente da nossa. Com isso, percebemos nesse momento da pesquisa, que alguns dos professores se mostraram confusos em compreender que a cultura africana expressa a nossa afro-brasilidade, sendo que essa cultura compõe nossa formação brasileira, e a diversidade cultural do nosso país. Também foi perguntado sobre quais momentos a escola disponibilizava para abordar questões relativas às relações étnico-raciais existentes no Brasil, o resultado expressa-se na tabela abaixo:

	A escola disponibiliza em momentos de culminância	%	A escola se preocupa em abordar somente em sala de aula	%	Somente no dia da consciência negra	%
	8		1		1	
Total %	80%		10%		10%	

Como demonstrado na tabela, 80% dos professores relataram que a escola disponibilizava em momentos de culminâncias. 10% disseram que era somente no dia da consciência negra e os outros 10% disseram que abordava somente em sala de aula mesmo.

Foi perguntado ainda em relação às dificuldades encontradas por eles, quais os motivos externos impediam a abordagem sobre as relações étnico-raciais, a diversidade cultural do Brasil e a valorização africana e afro-brasileira. 40% disseram que não se aplicavam a área temática do ensino deles, por isso a dificuldade, 20% disseram que era por conta dos materiais de apoio, 20% disseram que dificuldade de acesso à formação continuada voltada para esses temas, e 10% disseram ser por parte do desinteresse dos alunos. Abaixo está expresso na tabela os resultados:

	Dificuldade de acesso à formação continuada voltada para esses temas	%	Dificuldade de acesso a materiais didáticos e paradidáticos	%	Desinteresse dos alunos	%	Resistências por parte dos alunos e suas famílias	%	Não se aplica.	%
	2		2		1		1		4	
Total %	20%		20%		10%		10%		40%	

Na sequência, foi perguntado sobre como era a posição dos alunos sobre essas questões, 40% dos professores disseram que os alunos se mostravam interessados quando se falava sobre a diversidade cultural e a valorização africana no Brasil, enquanto que 30% disseram não perceber interesse nos alunos, pois, como alguns professores ainda relataram, eles ficavam dispersos e conversando no momento da abordagem. Alguns professores afirmaram que eles viam como importante por conta da valorização da cultura diferente da deles, e, por eles reconhecerem a cultura afro-brasileira na sociedade. Como demonstrado na tabela abaixo:

	É importante, pois eles valorizam a cultura diferente da deles.	É importante, pois eles reconhecem a cultura afro-brasileira nesse espaço.	Eles não prestam atenção no assunto	Eles não valorizam as culturas diferentes da deles	Eles se mostram interessados, pois é a cultura do Brasil.
	1	1	3	1	4
Total %:	10%	10%	30%	10%	40%

Finalizando as questões, foi perguntado se os professores relacionavam estes assuntos com os assuntos das disciplinas que eles ministram, e, 50% dos professores afirmaram que sim, em momentos específicos, 30% disseram que abordavam complementando com os assuntos das disciplinas, e 20% disseram que não relacionavam por conta de o assunto da disciplina não ajudar para tal abordagem.

	Não porque não se relaciona com o assunto da disciplina	Sim em momentos específicos	Sim, complementarmente com os assuntos da disciplina.
	2	5	3
Total %:	20%	50%	30%

Neste momento da pesquisa, alguns professores disseram que relacionar os assuntos da disciplina com os temas da diversidade cultural e racial no Brasil era algo frequente, principalmente nos assuntos complementares das disciplinas e nos momentos apropriados. Um professor de Língua Portuguesa em comentários relatou que por estar estudando na UNILAB, costuma levar textos e discussões que se inserem na disciplina, por meio de leituras com os alunos, comentando que os alunos se mostram interessados pelas leituras e pelo contato com os estudantes da Universidade. O mesmo professor relatou que a escola tem tido muitas pesquisas de estudantes da instituição e relatou que para os alunos isso é bem empolgante.

Das reflexões geradas pelos discentes, ficou percebido que os alunos se mostram interessados pelas discussões referentes à diversidade cultural brasileira e a valorização da história africana e afro-brasileira, sendo que 37,1% dos alunos relataram a importância para lidar com as diferenças e 34,1% expressaram a importância de se estudar sobre a valorização da cultura africana e afro-brasileira no sentido de estudar a cultura diferente da brasileira. Ficou evidente também por meio dos resultados, que a escola discute sobre essas questões com os alunos, sendo que 85,71% dos alunos disseram que já tinham estudado sobre as diversidades culturais existentes no Brasil, e os mesmos identificaram que tem momentos propícios para tal abordagem em sala de aula e nos momentos de culminância, como o dia da consciência negra. Também ficou explícito que alguns alunos enfrentam discriminações, seja por meio dos 47,25% dos alunos que relataram ter sofrido discriminação, como dos 74,72% dos alunos que disseram já ter presenciado algum tipo de discriminação racial inclusive com colegas de sala de aula, à exemplo dos comentários sobre brincadeiras de cunho racista. Contudo, percebemos

também que um grande incidente de alunos não conseguiu identificar sobre os grupos étnicos do Brasil, bem como a autopercepção enquanto afro-brasileiros nesse espaço, em que relataram a importância de se estudar a temática pelo fato de os africanos estarem inseridos na região através da UNILAB.

Em relação aos docentes, notamos que 40% dos professores já ouviram abordar sobre as implicações da lei e que a escola lida constantemente sobre as diversidades culturais e raciais, sendo que 50% dos professores pesquisados constataram dessa maneira. Da mesma forma, 50% afirmaram abordar constantemente sobre essas questões em sala de aula. Compreendemos também que para os professores a reflexão sobre a historicidade africana e afro-brasileira é importante, sendo que 70% disseram ser importante para a valorização de nossa cultura. Também ficou explícito que os professores percebem que existem algumas brincadeiras de conotação discriminatória relacionadas à cor, sendo que 80% dos professores disseram já terem presenciado estes tipos de brincadeiras. Constatamos através desta pesquisa que para os professores existem dificuldades na abordagem dos temas pertinentes à lei, principalmente por conta da falta de materiais de apoio apropriados para tal abordagem, sendo que 80% dos professores pesquisados disseram não possuir material necessário, 40% relataram que tinham dificuldade por conta da falta de material didático, e, de igual maneira 40% dos professores relataram terem falta de tempo para discutir em sala de aula. Também ficou explicitado por meio dos professores que a escola aborda os temas em momentos propícios. Portanto, foi de grande importância a participação de cada discente e docente nesta pesquisa, sendo que sem a participação destes não seria possível às valiosas reflexões, discussões e diálogos obtidos a partir da aplicação e dos resultados desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi proposto no início deste trabalho, trouxemos à nossa reflexão que a implementação da lei 10.639/03 se insere no espaço escolar como articulação estratégica mediante as lutas e conquistas alcançadas por parte dos movimentos negros. Discutimos que durante o período escravista brasileiro, os negros foram escravizados e marginalizados, em que eram inseridos em solo brasileiro como mercadorias e motor gerador de produção de riquezas das elites coloniais.

Refletimos também que o tráfico negreiro marca o início de séculos de sofrimento que os africanos e afrodescendentes escravizados passariam em solo brasileiro. Percebemos nessa discussão que os escravizados não se renderam neste processo de exploração, mas foram ativos na luta para encontrar linhas de fuga, passando a desempenhar as resistências contra um sistema que os colocava à margem da sociedade. Várias adaptações e ressignificações culturais foram importantes neste processo de resistência, e até mesmo as formações dos quilombos que hoje expressam essa resistência dentro da sociedade brasileira.

Ficou exposto nesta discussão que após a abolição da escravatura em 1888 com a lei Áurea, a luta dos afrodescendentes e os seus meios de resistência continuaram em um contexto que explicita a discriminação e o racismo, sendo que, a liberdade conquistada não pôs fim às injustiças enfrentadas pelo negro. Os afrodescendentes continuaram a lutar em uma sociedade que de maneiras minuciosas os excluía da participação e construção da nossa nação.

Nesse enfoque, refletimos que os movimentos negros surgem como formas de denúncia e de valorização do negro na sociedade brasileira, sendo que sua valorização expressa a pluralidade cultural e a história de nosso país. A Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado, foram alguns dos importantes movimentos que se tornaram decisivos na consolidação da resistência e valorização dos negros no Brasil.

Várias conquistas foram alcançadas através de lutas por parte desses movimentos, em que as ações afirmativas que têm a finalidade de equalizar as desigualdades socioeconômicas, passam a ser importantes para as populações negras. O dia da consciência negra expressa a reflexão e o reconhecimento sobre o processo de exploração e a valorização da história dos negros e sua cultura como parte de nossa diversidade brasileira. As cotas raciais ampliam as

possibilidades às populações negras equalizando as oportunidades no acesso à educação superior e ao mercado de trabalho.

Refletimos nesta discussão, que a lei 10.639/03, expressa mais uma das grandes conquistas dos movimentos negros no âmbito educacional, sendo que, estudar sobre a contribuição africana e afro-brasileira na formação do Brasil e sobre a diversidade cultural do país, elenca a possibilidade de superação das diversas formas de discriminação e racismo, e para a conscientização da sociedade brasileira quanto às desigualdades que ainda se reproduzem nos dias de hoje.

Com a realização da pesquisa de campo, trouxemos algumas reflexões que nos permitem compreender algumas questões referentes à aplicabilidade da lei no espaço escolar, como a maneira que os alunos e professores percebem as questões referentes à lei, como avaliam a importância destas discussões em sala de aula, quais as principais dificuldades pontuadas pelos professores no processo de implementação e como estas questões são norteadas pelos educadores no espaço escolar, além de outras reflexões e discussões que podem ser pontuadas e aprofundadas a partir destas. No entanto, não objetivamos alcançar todas as discussões sobre a implementação da referida lei, mas trata-se aqui, de uma iniciativa para trazer à tona a importância destas discussões e da implementação da lei, dialogando e refletindo com alunos e professores da escola quanto às concepções e compreensões dos mesmos sobre as questões pertinentes.

Na pesquisa realizada com os 10 docentes e 91 discentes, refletimos sobre a implementação da lei 10.639/03 na Escola EF Padre Antônio Crisóstomo, em que, a escola passa a discutir sobre as questões pertinentes à lei, principalmente por conta da presença de africanos que moram na região e estudam na universidade UNILAB, e pelo fato de vários estudantes da instituição estarem inseridos em pesquisas e projetos nos espaços escolares.

Refletimos que por parte dos professores e da própria escola em questão, surge o interesse em discutir sobre as diversidades étnicas e culturais do Brasil, e, a história africana e afro-brasileira passa a ser discutida entre alunos e professores no ambiente da escola. Contudo, foi evidenciado que existem várias dificuldades em relação à aplicabilidade da lei, seja pela falta de materiais didáticos, ou mesmo pelo insuficiente espaço de tempo disponível para a discussão destas questões, também pela falta de cursos de capacitação para professores, e outros fatores que podem ser pontuados e discutidos. No entanto, é notável que os docentes e discentes da referida escola se interessam e compreendem a necessidade de estudar sobre a

historicidade africana e afro-brasileira como forma de valorização das diferenças étnicas e culturais que compõem o Brasil.

Portanto, esse trabalho oferece questionamentos e reflexões para ampliar as discussões referentes às temáticas da lei 10.639/03 e da sua implementação na escola, sendo que, a participação da escola pesquisada foi de grande contribuição para levantarmos as valiosas reflexões e percepções de alunos e professores aqui pontuadas. No entanto, é de fundamental importância que esses debates e discussões sejam ampliados e inseridos nas escolas, envolvendo professores, alunos e comunidades, no sentido de trazer essas reflexões no combate aos resquícios do racismo e discriminações étnicas e culturais, contribuindo assim, para a nossa formação cidadã e aperfeiçoamento da nossa democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Hélio Santos. TEIXEIRA, Maria Cristina. **Ações Afirmativas Como Medida De Proteção Das Minorias**. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 8, n. 8, 2011.

ALVES, Castro. Navio Negroiro. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/navionegroiro.htm> Acesso em: 15. Ago.2015

ALMEIDA, Jayza Monteiro. **O Impacto Da Consciência Negra Na Visão, No Comportamento E Na Atitude Social Dos Alunos Sobre A Questão Da Igualdade Étnico-Racial**. CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da. LAGO, R. D. (Org.). *Memórias, traumas e rupturas*. Vitória: LHPL/UFES, 2013.

ANDREWS, George Reid. **Democracia racial brasileira 1900-1990: Um contraponto americano**. In: **Estudos Avançados**.11 (50) 1997.

_____. **Negros e brancos em São Paulo (1988-1998)**. Tradução: Magda Lopes. Bauru (SP): EDUSC, 1998.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1982.

ARAÚJO, Zezito. Contribuição da obra de Décio Freitas ao entendimento da epopéia palmarina e sua importância na formação da sociedade brasileira. In: FREITAS, Décio. *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII*. Maceió: EDUFAL; IDEÁRIO, 2004

ARISPE, Fernanda Nunes da Silva. **Consciência Negra como notícia: O 20 de novembro da RBS TV**. S.D. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1307-1.pdf> Acesso em: 17. Ago. 2015

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.html (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Acesso em: 20 mai. 2015.

Brasil. Presidência da república, **LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888**, É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm. Acesso em 20 mai. 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP3/2004, 10 de março de 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 11.645/2008**. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.html. Acesso em 20 mai. 2015.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC - SECAD/SEPPPIR /INEP, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e**

africana. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**/Emília da Costa.- 8ªed. Ver. E ampl.-São Paulo: Editora UNESP,2008.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos, 2007.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso em: 10.Ago.2015.

Dora Lucia de LimaBertulio – **Direito e Relações Raciais, Uma Introdução Crítica ao Racismo**, 1989

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Florestan. 1920-1995. **O Negro no Mundo dos Brancos.** / Florestan Fernandes; Apresentação de Lilian Moritz Schwarcz- 2º Ed. São Paulo: Global, 2007.

FLORENTINO, Manolo. **EM COSTAS NEGRAS** – São Paulo: Companhia das Letras, 1997

FREITAS, Madalena Dias Silva – **REFLETIR SOBRE A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL – UMA RESPOSTA AO RACISMO** – S.D . Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Iporá

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**, Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

ESSED, 1991, p. 174, apud ROSEMBERG, Fulvia; BAZILLI, Chirlei, SILVA, Paulo Vinicius B. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura.** Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, n. 1, p. 125-146, jan.-jun. 2003. P. 128

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos, n. 43, 1995.

_____. **A. Classes, raças e democracia**, São Paulo, Editora 34, 2002, p. 88.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In, **Educação antirracista: caminhos abertos pela lei 10.639/03**. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62.

GOMES, Nilma Lino; OLIVEIRA, Fernanda Silva; SOUZA, Kelly Cristina Cândida. **Diversidade étnico-racial e trajetórias docentes: um estudo etnográfico em escolas públicas**. In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (orgs.). *Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Classes, raça e democracia**. São Paulo: Ed 34, 2002

IANNI, Octavio. “Multiculturalismo e Multiétnicidade na Formação do Brasil” In: **Pensamento Social no Brasil**. / Octavio Ianni. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IBGE- Rendimento por Emprego- 2013. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/rogeriobeier/ibge-negros-ganharam-57-do-salario-dos-brancos-em-2013>

IENSUE, Geziela. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras : entre a legitimidade e a eficácia**. /. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: **ODebate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial no Brasil**. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

LIMA, Miguel. **A Trajetória do Negro no Brasil e a Importância da Cultura Afro**. S.D. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_monografia.pdf Acesso em: 11.Mai.2015

MARTINS, Sergio da Silva. **Ação Afirmativa e Desigualdade Racial no Brasil**. Estudos Feministas. N1.1996. Disponível em: <https://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16669/15237> Acesso em: 10. Ago. 2015.

MATTOSO, Katia Queiroz de. **SER ESCRAVO NO BRASIL**. São Paulo, Brasiliense, 2003.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. **O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil**. Alethes: Periódico Científico dos Graduandos em Direito - UFJF - nº 3 - Ano 2.S.D. Disponível em: <http://periodicoalethes.com.br/media/pdf/3/o-principio-da-igualdade-e-as-cotas-raciais-no-brasil.pdf> Acesso em: 19. Ago.2015.

ALVES, Roberta de Souza. **ENSINO DE HISTORIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA; DA LEI AO COTIDIANO ESCOLAR**, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília/DF, SEPPPIR, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: História E Debates No Brasil**. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/ 2002. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, novembro/ 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas De Ação Afirmativa Em Benefício Da População Negra No Brasil: Um Ponto de Vista Em Defesa De Cotas**. Sociedade e Cultura, p. 31-43, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

MUNANGA, Kabengele; GOMES, NilmaLinos. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankofa: Educação e Identidade Afrodescendente. In: Cavalleiro, Eliane (org). **Racismo e Anti-racismo na Educação: Repensando Nossa Escola**. São Paulo: Selo Afrodescendente, 2001.

NOGUEIRA, Fabio. **Resistência negra: gênese e sentido histórico**. 2001. Disponível em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comdim/usu_doc/concepcao_resistencia_negra.pdf
Acesso em: 11.Mai. 2015.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo No Brasil: Tentativas De Disfarce De Uma Violência Explícita**. Psicologia USP, 17(1), 89-98, 2006.

Pires, Artur de Freitas **Cotas raciais: políticas afirmativas para reparação de uma dívida histórica**. /Tese de Dissertação/. Artur de Freitas Pires – Fortaleza: CETREDE/UFC 2012.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

MARQUESE, Rafael deBivar. **DINAMICA DA ESCRAVIDAO NO BRASIL; RESISTENCIAS TRAFICOS NEGREIROS E ALFORRIAS, SEC XVII A XIX**. 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro; A formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras – 1995. São Paulo. Segunda edição.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antonio Novaes da. **À Luz Da Lei 10.639/03, Avanços E Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional E Experiências Pedagógicas**. 55 Revista da ABPN. V. 5, n. 11 jul. –out. 2013.

REIS, João José. **Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil**. REVISTA USP, SÃO PAULO (28): 14-39, DEZEMBRO / FEVEREIRO 95/ 96. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/02-jreis.pdf> Acesso em: 13.Jan.2015.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. **Zumbi**. 5. Ed. São Paulo: Ediouro, 1985.

SANCHES, Pierre. **Percursos de sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Verj, 2001.

SANTOS, Joel Rufino dos. “**Movimento negro e crise brasileira**”, **Atrás do muro da noite**. Dinâmica das culturas afro-brasileiras/ Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Gosto de África: histórias de lá e daqui**. São Paulo, Global, 1999.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro: um percurso de ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo/ Rio de janeiro. FAPESP/ Educ./ Pallas, 2002.

SANTOS, Sales Augusto Dos. **Movimentos Negros, Educação E Ações Afirmativas**. Universidade De Brasília Instituto De Ciências Sociais Departamento de sociologia./Tese De Doutorado Brasília, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: companhia das letras. 1993, 296p.

SILVA, Edilson Marques Da. – INTERCOM – XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIENCIAS DA COMUNICAÇÃO – SALVADOR BA – 1 A 5 DE SET DE 2002, A IMAGEM DOS AFRICANOS NA COMUNICAÇÃO CRISTÃ.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005. p.65-78.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves E .**Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil** .Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Claudilene. O Processo de Implementação da Lei Nº 10.639/03 na Rede Municipal de Ensino do Recife. In: **EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: estudos e pesquisas**. Volume 2. AGUIAR, Marcia Angela da S. (Org.) *Et. Al.* Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed, 2009.

SILVA, Edílson Marques da.**Negritude e fé: o resgate da auto-estima**. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, 1998.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários**. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf Acesso em: 17.Mai.2015

THEODORO, Mário Lisboa. **Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira.Inclusão Social**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 79-82, out. 2007/mar. 2008.

THEODORO, Mario (Org.). JOCCOUD, Luciana. OSÓRIO, Rafael Guerreiro. SOARES, Sergei. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 1º Edição. IPEA. Nov. 2008.

UNESCO.**Mensagem de Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO, por ocasião do Dia Internacional da Lembrança do Tráfico de Escravos e sua Abolição, 23 de agosto de 2012**.

22. 08.2012. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/message_on_the_international_day_for_the_remembrance_of_the_slave_trade_and_its_abolition_23_august/#.VdQQkvmx7SM Acesso em: 08.Jul.2015.

VELASCO, Bárbara M. “MORTE À RÉ...PÚBLICA” – **Frente Negra Brasileira: Monarquismo Paulista No Século Xx**. IV Congresso Internacional de História. Paraná, Brasil.

ANEXOS

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- Unilab Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.

Questionário Discente – Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo

Qual seu município: _____ IDADE: _____

SÉRIE: _____

QUAL SEU SEXO: FEMININO () MASCULINO ()

QUAL SUA RELIGIÃO?

() Católica () Espírita () Protestante, qual denominação: _____ () Protestante
Neopentecostal () Umbanda () Outra.

COMO VOCÊ SE CONSIDERA: () Branco () Preto () Indígena () Pardo ()
() Outro.

1. QUE TRAÇO CULTURAL VOCÊ PERCEBE EM SUA VIVÊNCIA? () Africano () indígena () Europeu.
2. EM SUA CONCEPÇÃO, O PÚBLICO DA ESCOLA É COMPOSTO POR QUAIS GRUPOS ÉTNICOS:
() Com Traços De Miscigenação () Mais Brancos () Mais Negros () Não Consigo Identificar Isso
3. VOCÊ JÁ ESTUDOU SOBRE AS DIVERSIDADES CULTURAIS EXISTENTES NO BRASIL? () sim () não
4. VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE ESTUDAR SOBRE AS CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS?
() não acho importante, pois são culturas distantes das nossas () É importante, pois é bom valorizar a cultura diferente da nossa () é importante, pois é bom valorizar nossa cultura afro-brasileira () é importante, pois nos ajuda a lidar com as diferenças.
5. EM QUE MOMENTOS VOCÊ OUVIU FALAR SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EXISTENTES NO BRASIL?
() em estudo de história () em disciplinas da área de humanas () em todas as disciplinas. () Frequentemente em todos os momentos propícios.
6. VOCÊ JÁ SOFREU DISCRIMINAÇÃO RACIAL POR CONTA DE SUA CULTURA/COR?
() sim () Não
7. CONHECE ALGUÉM PRÓXIMO A VOCÊ QUE SOFREU DISCRIMINAÇÃO POR CONTA DE CULTURA/COR?
() Sim () Não.
8. EM QUE MOMENTOS A ESCOLA ABORDA QUESTÕES RELATIVAS À DIVERSIDADE CULTURAL EXISTENTE NO BRASIL?
() em momentos de culminâncias () em datas específicas () no dia da consciência negra () A escola não aborda sobre essas questões.

9. VOCÊ TEM INTERESSE EM CONHECER MAIS SOBRE AS CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS?

() sim, pois é importante valorizar nossa história cultural () não, pois não considero importante pra ser estudada () sim, é interessante valorizar nossa história e traços culturais () é interessante por temos africanos presentes aqui na região () é importante pra valorização negra brasileira.

10. EM RELAÇÃO À ESCOLA, VOCÊ CONSEGUE PERCEBER A ABORDAGEM SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS À COR/RAÇA, A DIVERSIDADE CULTURAL DA SOCIEDADE?

() Não Consigo perceber isso () A escola dificilmente aborda sobre estes assuntos () sim, a escola aborda constantemente sobre esses assuntos () não, pois os próprios alunos não se interessam por esses assuntos () sim, por parte dos professores que abordam sobre estas questões.

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- Unilab
Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades.**

Caro Educador,

O presente questionário é parte integrante do Projeto de Pesquisa para a Conclusão no Curso Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira, cujo objetivo é a reflexão referente à lei 10639/2003 e sua implantação, bem como as práticas adotadas para tal fim.

Vale ressaltar que não será divulgada a identificação do respondente, e não tem a intenção de expor a escola pesquisada, proporcionando a reflexão sobre os eixos mencionados e assegurando a fidedignidade das informações prestadas, assim a sua participação é de fundamental importância para o sucesso desta pesquisa.

Questionário dos Docentes – Escola de Ensino Fundamental Padre Antônio Crisóstomo

Qual seu município: _____ IDADE: _____

QUAL SUA ÁREA TEMÁTICA DE ENSINO: _____

TEMPO DE ATIVIDADE DOCENTE _____

QUAL SEU SEXO: FEMININO () MASCULINO

QUAL SUA RELIGIÃO?

() Católica Espírita () Protestante, () Qual denominação: _____ () Umbanda () Outra.

() Nenhum. SE OUTRA, Qual: _____

COMO VOCÊ SE CONSIDERA: Resposta aberta: _____

NO SENSO DO IBGE : () Branco () Preto () Indígena () Pardo () () Outro

1. ANALISANDO A ESCOLA COMO VOCÊ PERCEBE O CORPO ESTUDANTIL DA ESCOLA?

() Mais Brancos () Mais negros () Um grupo miscigenado () Não sabe identificar isso

2. PERCEBENDO A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10639/2003 QUE ABORDA A QUESTÃO REFERENTE À HISTÓRIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E SOBRE PLURALIDADES RACIAIS/SOCIAIS, VOCÊ JÁ LIDOU COM ALGUMA PRÁTICA REFERENTE A ESSA LEI?

() Não ouvi falar sobre essa lei () Não sei do que se trata () Já ouvi falar sobre as implicações da lei

() sei do que se trata, mas não sei como relacionar em sala de aula () lido constantemente com as questões relacionadas com a lei com os alunos.

3. O BRASIL É UM PAÍS COM UMA AMPLA DIVERSIDADE CULTURAL/RACIAL, A ESCOLA TEM LIDADO COM ESSAS QUESTÕES?
☐ A escola não discute sobre essas questões ☐ a escola lida com essas questões em culminâncias ☐ A escola aborda constantemente com os alunos ☐ A escola não aborda porque os alunos não se interessam ☐ lido de forma autônoma da escola
4. EM RELAÇÃO ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, VOCÊ SENTE DIFICULDADE EM ABORDAR SOBRE ESSAS QUESTÕES? ☐ Sim ☐ Não
5. LISTANDO ALGUM MOTIVO QUE VOCÊ SENTE DIFICULDADE EM ABORDAR SOBRE AS QUESTÕES RELATIVAS ÀS DIVERSIDADES RACIAL E CULTURAL DO PAÍS, QUAL SERIA?
☐ falta de materiais paradidáticos ☐ falta de interesse por parte da escola
☐ falta de interesse dos alunos ☐ A questão do tempo ser pouco pra abordar sobre essas questões ☐ A dificuldade em relacionar com a disciplina
6. A CULTURA AFRICANA É UMA DAS PRESENTES NA FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA, VOCÊ ACHA IMPORTANTE ABORDAR SOBRE ESSAS QUESTÕES?
☐ sim, pois temos que valorizar a nossa cultura ☐ sim, pois temos que valorizar a cultura diferente da nossa ☐ sim, pois temos a presença de africanos em nossa região por conta da Unilab. ☐ não, pois essas questões não tem grande relevância.
7. ATUALMENTE UM GRANDE NÚMERO DE PESSOAS SÃO DISCRIMINADAS, NA ESCOLA VOCÊ PERCEBE ALGUM ATO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL?
☐ Não, nunca presenciei ☐ sim, já percebi “brincadeiras” de cunho racista entre alunos.
8. EM SUA PRÁTICA DOCENTE, VOCÊ POSSUI ALGUM MATERIAL AUXILIAR PRA ABORDAR SOBRE QUESTÕES RELATIVAS ÀS DIVERSIDADES CULTURAIS E RACIAIS DO PAÍS?
☐ não possuo material ☐ tenho material que consegui de maneira autônoma da escola ☐ tenho material dado pela escola ☐ não tenho material, pois não abordamos muito sobre essas questões.
9. SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA LEI QUE ABORDA SOBRE A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA, COMO VOCÊ CONSIDERA ESSA IMPLANTAÇÃO?
☐ não acho importante, pois não temos negros na escola ☐ é importante pra valorização cultural de nosso país ☐ não é importante, pois a cultura africana é diferente da nossa ☐ é importante, pois temos que valorizar a cultura diferente da nossa ☐ é importante por conta da Unilab ☐ é importante por conta de africanos presentes na região.
10. EM QUE MOMENTOS A ESCOLA DISPONIBILIZA PARA ABORDAR QUESTÕES RELATIVAS ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EXISTENTES NO BRASIL?
☐ A escola não disponibiliza momentos pra tal abordagem ☐ A escola disponibiliza em momentos de culminância ☐ A escola se preocupa em abordar somente em sala de aula ☐ somente no dia da consciência negra
11. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA TRABALHAR ESSAS QUESTÕES?
☐ lacunas na minha formação inicial ☐ dificuldade de acesso à formação continuada voltada para esses temas ☐ dificuldade de acesso a materiais didáticos e paradidáticos ☐ falta de orientação ou incentivo por parte da direção e da coordenação da escola ☐ organização do programa curricular não deixa espaço para tratar desses temas ☐ desinteresse dos demais professores ☐ desinteresse dos alunos ☐ resistências por parte dos alunos e suas famílias ☐ não se aplica.
12. EM RELAÇÃO AOS ALUNOS, COMO VOCÊ PERCEBE A NECESSIDADE DE ABORDAR SOBRE AS CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS COM ELES?
☐ É importante, pois eles valorizam a cultura diferente da deles ☐ É importante, pois eles reconhecem a cultura afro-brasileira nesse espaço ☐ Não é importante, pois eles não se mostram interessados ☐ Eles não prestam atenção no assunto ☐ Eles não valorizam as culturas diferentes da deles ☐ Eles se mostram interessados, pois é a cultura do Brasil.
13. EM SUA ÁREA TEMÁTICA, VOCÊ JÁ RELACIONOU A HISTORICIDADE/CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA COM OS ASSUNTOS DA DISCIPLINA QUE VOCÊ MINISTRA:
☐ não porque não se relaciona com o assunto da disciplina, ☐ não, porque os alunos não se mostram interessados; ☐ não, porque não sei como relacionar; ☐ sim em momentos específicos ☐ sim, complementarmente com os assuntos da disciplina.